

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA
ARRECADAÇÃO
DO ICMS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

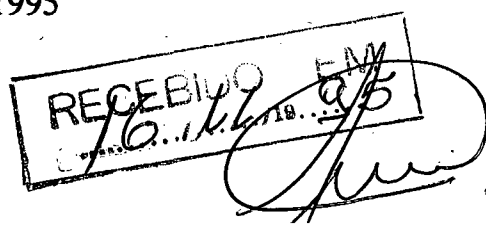
Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM 5420 - MONOGRAFIA

Aluno: Martinho Fernandes

Orientador: ErmesTadeu Zapelini



Florianópolis, novembro de 1995



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota6,5..... ao aluno Martinho Fernandes, na Disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora

Prof. Ermes Tadeu Zapelini
Presidente

Zapelin

Prof. JOÃO ROGERIO SANSON
Membro

Roberto Meurer

Prof. Roberto Meurer
Membro

DEDICATÓRIA

**Dedico este trabalho a minha esposa e
filhos, motivos de todo o esforço para
uma vida melhor e mais alegre.**

PENSAMENTO

Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Há os que lutam toda a vida. Estes são os imprescindíveis.

Bertolt Brecht
(1898 - 1956)
Dramaturgo alemão

AGRADECIMENTOS

- A Deus;
- A meus pais;
- Ao Professor Ermes Tadeu Zapelini
- Aos Professores do Curso de Economia
- Aos colegas do Curso
- A Todos que contribuíram direta ou indiretamente com este capítulo da minha vida

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	x

CAPÍTULO I

1 - 0 PROBLEMA

1.1 - Introdução	1
1.2 - Problemática.....	2
1.3 - Objetivos	3
1.3.1 - Geral	3
1.3.2 - Específicos	3
1.4 - Metodologia	4

CAPÍTULO II

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A Necessidade de Um Setor Público.....	6
2.2 - A Visão Clássica de Adam Smith.....	6
2.3 - As Principais Funções do Governo Segundo Musgrave.....	8
2.3.1 - A Função Alocativa.....	8
2.3.2 - A Função Distributiva.....	9
2.3.3 - A Função Estabilizadora.....	11
2.4 - A Distribuição dos Gastos e Receitas Públicas Entre Níveis de Governo..	12
2.4.1 - Impostos de Competência da União.....	14
2.4.2 - Impostos de Competência dos Estado.....	14

2.4.3 - Impostos de Competência dos Municípios.....	15
2.4.4 - Sobre a Distinção das Esferas Governamentais.....	15
2.4.5 - FPE - Fundo de Participação dos Estados.....	16
2.4.6 - FPM - Fundo de Participação dos Municípios.....	17
2.4.7 - As Transferências Estaduais.....	18

CAPÍTULO III

3 - SITUAÇÃO ATUAL

3.1 - A Distribuição dos Recursos no Estado de Santa Catarina.....	20
3.2 - A Atuação da Rede Bancária na Arrecadação e na Distribuição.....	20
3.3 - A Definição dos Índices de Repasse	21
3.4 - A Forma de Distribuição no Estado do Rio Grande do Sul.....	27
3.5 - A Forma de Distribuição no Estado do Paraná.....	28

CAPÍTULO IV

4 - PROPOSTA

4.1 - Crítica da Situação Atual.....	30
4.2 - Análise da Situação Atual.....	32
4.3 - Simulação.....	33

CAPÍTULO V

5 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 - Conclusão.....	37
5.2 - Recomendações.....	39

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
---	-----------

ANEXOS	43
---------------------	-----------

FICHA DE AVALIAÇÃO	55
---------------------------------	-----------

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Lei número 63 de 11 de janeiro de 1990.....	44
ANEXO 2 - Arrecadação do ICMS e Valor Repassado aos Municípios em 1993.....	46
ANEXO 3 - Índices Definitivos referentes a Participação dos Municípios no Produto da Arrecadação do ICMS para o Exercício de 1993	47
ANEXO 4 - DIEF - Declaração Anual de Informações Econômico Fiscais de Empresa Normal	53
ANEXO 5 - DIEF - Declaração Anual de Informações Econômico Fiscais de Micro Empresa	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ICMS dos 15 Municípios que mais Arrecadaram em 1993 25

TABELA 2 - Índices e Valores Propostos..... 34

RESUMO

Este trabalho mostra os critérios através dos quais os municípios catarinenses participam do produto do imposto arrecadado pelo Estado de Santa Catarina, e faz uma comparação com a forma de participação dos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

O primeiro capítulo traz os pontos mais relevantes do próprio projeto de pesquisa com a problemática, objetivos e metodologia que ditam a forma de abordagem do assunto.

No segundo capítulo é feita uma abordagem teórica dos deveres e obrigações do Estado e de que forma os governos conseguem recursos para atingirem suas metas. Algumas observações sobre tributos federais e estaduais e a partilha dos valores arrecadados entre a União, estados e municípios.

O terceiro capítulo mostra como o Estado de Santa Catarina efetua o repasse dos recursos arrecadados com o IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. E como são calculados os índices de repasse para cada município. Faz também uma análise dos valores repassados e a repercussão desses valores no contexto do Estado.

Nesse capítulo também é mostrado a forma como os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná fazem o retorno dos recursos do ICMS, alertando que o Estado de Santa Catarina precisa revisar a sua forma de repartir o bolo formado pelos valores arrecadados nos municípios.

No quarto capítulo é apresentado uma simulação de repasse para os 15 (quinze) municípios que arrecadaram mais ICMS em 1993, baseado na arrecadação

desse imposto em cada município e no Estado. Também nesse capítulo são feitas críticas e uma análise da situação atual

E no quinto capítulo é feita a conclusão e dadas as recomendações sobre o assunto abordado.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1 - Introdução

O Município é a menor célula de governo. E é essa célula que está mais próxima do cidadão e das necessidades de melhoria na qualidade de vida de todos. São os municípios os responsáveis pela construção e conservação de estradas, pontes, escolas, praças, etc...

Para que isso seja possível, recursos são necessários, e como a União e os Estados têm maior capacidade de arrecadar impostos, a constituição exige que esses transfiram aos municípios parte do produto dos impostos por eles arrecadados.

Exercendo a função de redistribuição de recursos, a União repassa aos estados, através do FPE - Fundo de Participação dos Estados, e aos municípios, através do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, parte do produto arrecadado com o IR - Imposto de Renda e IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.

Os estados brasileiros também exercem a função de redistribuição, em atendimento a constituição federal.

A Constituição brasileira de 1988, artigo 158, e a lei complementar número 63 de 11 de janeiro de 1990, determina que os estados repassem a seus municípios, parte do produto da arrecadação do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, e parte da arrecadação do ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Esta monografia mostra como o Estado de Santa Catarina, fez o repasse da parte da arrecadação do ICMS pertencente aos seus municípios no ano de 1993.

Esse ano foi escolhido, como poderia ser qualquer outro, os objetivos é que são importantes. O que se pretende mostrar é que Santa Catarina, ao repartir o produto da sua arrecadação, o faz de forma que dá origem a controvérsias a respeito do retorno e da metodologia aplicada pelo Estado.

Segundo Miguel Faraco, presidente da FECAM - Federação Catarinense das Associações de Municípios, os recursos do ICMS são fundamentais para a maioria dos municípios, principalmente os pequenos e sem indústrias, cuja economia está baseada nos produtos primários.

1.2 - Problemática

A arrecadação do ICMS no Estado de Santa Catarina é feita pela rede bancária, em todos os municípios.

Diariamente todas as agências bancárias transferem os valores de ICMS arrecadados, para uma conta corrente no BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S/A, controlado pelo Estado.

Por solicitação do Governo Estadual, de todo valor creditado nesta conta, o BESC retira 25 % (vinte e cinco por cento) e credita em uma conta corrente compartilhada por todos os municípios.

Em atendimento ao artigo 158 da Constituição Federal de 1988 e à Lei Complementar n. 63, semanalmente o BESC repassa aos 260 (duzentos e sessenta) municípios, o saldo desta conta corrente, depositando em conta específica de cada um o valor resultante da aplicação, sobre esse saldo, de um índice fornecido pela Secretaria do Planejamento e Fazenda.

Esse índice, chamado Índice de Repasse, é calculado tomando-se por base as informações da DIEF - Declaração Anual de Informações Econômico Fiscais (anexos 4 e 5), de cada empresa situada nos municípios, relativos aos dois anos

anteriores ao ano de apuração. O ano de apuração do índice de repasse para 1993 é o 1992, então os dois anos anteriores são 1990 e 1991.

Da Dief de cada empresa é apurado o valor agregado durante o ano, isto é, o valor acrescido aos insumos na produção de bens.

Ao quociente obtido pela divisão da soma do valor agregado das empresas situadas em cada município pela soma do valor agregado de todas as empresas situadas no Estado, chama-se Índice de Participação.

Quer-se estudar que a forma de repasse, baseada no valor agregado de cada município, pode produzir distorções, e além disso, que Santa Catarina, talvez possa usar outros parâmetros para calcular o índice de cada município, como já se faz em outros estados.

1.3 - Objetivos

1.3.1 - Geral:

- Analisar o sistema de repasse do produto da arrecadação do ICMS aos municípios de Santa Catarina em 1993, e mostrar que esse repasse pode exercer mais adequadamente a função de redistribuição.

1.3.2 - Específicos:

- Verificar a metodologia de cálculo dos índices de participação de cada município, nos anos de 1990 e 1991, que servirão como base de cálculo para o índice de repasse válido para o ano de 1993.
- Mostrar os valores de ICMS repassados pelo Estado em 1993, para os 15 (quinze) municípios que mais arrecadaram no mesmo ano.
- Calcular o índice de repasse para 1993, com base na arrecadação de cada município no mesmo ano, visando levantar possíveis divergências.

- Calcular os valores de ICMS que seriam repassados pelo Estado em 1993 aplicando-se o índice de repasse proposto, para os 15 (quinze) municípios que mais arrecadaram no mesmo ano.
- Comparar os valores repassados e os valores propostos, mostrando as divergências existentes.
- Calcular índices relativos dos municípios em comparação ao total repassado.
- Verificar possíveis imperfeições da lei 63/90, podendo inclusive que o Estado de Santa Catarina, acrescente outros parâmetros para o cálculo do índice de repasse de seus municípios, como já ocorre nos outros estados.

1.4 - Metodologia:

Coletar dados nos órgãos estaduais - SEPLAN, SPF, BESC.

Entrevistar pessoas do governo estadual e municipal diretamente ligadas ao assunto.

Analisar a legislação sobre o FPM - Fundo de Participação dos Municípios, e sobre o retorno dos tributos aos municípios, principalmente a lei 63 de 11 de janeiro de 1990.

Calcular índices e valores atuais, baseados em informações conseguidas junto a Secretaria de Planejamento e Fazenda, e índices novos, baseados na arrecadação de cada município para fundamentar o trabalho.

Elaborar tabelas com valor de ICMS arrecadado no município, valores repassados e índices de participação e de repasse para os 15 (quinze) municípios que mais arrecadaram em 1993, para auxiliar na explanação do trabalho.

Coletar os dados de arrecadação e os dados de repasse de valores junto a Secretaria do Planejamento e Fazenda.

Comparar a forma de repasse entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Leitura e pesquisa bibliográfica para que se tenha uma visão teórica do assunto.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A Necessidade de Um Setor Público

Porque é necessário a existência de um setor público ?

Se a composição do produto deve ser coerente com as preferências dos consumidores individuais e existe uma preferência por um sistema de decisões descentralizadas, por que não pode toda a economia ficar ao encargo do setor privado, obedecendo as leis do mercado ?

Porque uma grande parcela do sistema econômico está sujeita a alguma forma de controle governamental, ao invés de estar simplesmente sob o controle da “mão invisível” consubstanciado pelas forças de mercado ?

A existência de um governo pode refletir a presença de ideologias sociais e políticas divergentes, mas o mais importante é o fato de que o mercado por si só não pode desempenhar sozinho todas as funções econômicas.

A atuação governamental é necessária para guiar, corrigir e suplementar essas funções. O tamanho do setor público é uma questão técnica e não uma questão ideológica.

2.2 - Visão Clássica de Adam Smith

Para Adam Smith as principais funções do Estado são a segurança e o bem estar de cada cidadão. Em seu livro “A Riqueza das Nações” (1983) Smith faz as seguintes considerações.

“O primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes, só pode ser cumprido recorrendo à força militar. Entretanto, são muito diferentes os gastos tanto

para preparar essa força militar em tempo de paz como para utilizá-la em tempo de guerra".(p. 151)

"O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa".(p. 163)

"O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha".(p.173)

Smith cita a obrigação que o governo tem de proteger a sociedade através da força militar, proteger cada membro da sociedade da injustiça e opressão mantendo uma administração judicial rigorosa e criar e manter as instituições para facilitar a vida de cada cidadão.

Porém, para executar essas funções, todo governo necessita de recursos, uma vez que essas funções demandam gastos, que devem ser custeados pelos cofres públicos.

As receitas tributárias da União, dos estados e dos municípios, devem estar diretamente ligadas às obrigações e encargos a que cada uma dessas esferas governamentais está obrigada.

A principal fonte de recursos que possibilita aos governos essas ações é o tributo. Na visão clássica os impostos incidem sobre o rendimento privado dos indivíduos, que compreende renda, lucro e salários.

A impossibilidade de taxar a população proporcionalmente a seu rendimento mediante qualquer imposto per capita, deu origem à invenção de impostos sobre bens de consumo. Porém, todo imposto que incide sobre o consumo penaliza as classes mais baixas, uma vez que a maior parte de seus rendimentos são destinadas ao consumo.

2.3 - As Principais Funções do Governo Segundo Musgrave

Em seu livro “Finanças Públicas” (1980, pag. 5) Musgrave discorre sobre as funções do governo, descrevendo-as como segue:

Os principais objetivos que caracterizam as medidas fiscais (impostos ou dispêndios do governo) são :

O fornecimento eficiente de bens públicos e políticas reguladoras, que são funções alocativas.

Ajustes na distribuição de renda e riqueza, função distributiva.

A manutenção de um elevado número de emprego, um razoável grau de estabilidade de preços, uma taxa apropriada de crescimento econômico, e estabilidade na balança de pagamentos, são funções estabilizadoras.

2.3.1 - A Função Alocativa

Os bens públicos, bens ou serviços oferecidos pelo governo, não podem ser fornecidos através do sistema de mercado, isto é, por meio de transações entre consumidores e produtores.

A razão básica é que os bens públicos não estão limitados a um consumidor particular, que compra o bem, como ocorre com os bens privados, mas também se encontram disponíveis para outras pessoas.

Benefícios obtidos de medidas contra a poluição do ar, iluminação pública, não podem ser recusadas pelos consumidores individuais. Por esses

aspectos, os benefícios provenientes do consumo de bens públicos não são propriedades específicas de certos indivíduos, e portanto o sistema de mercado não funciona.

Como os benefícios estão disponíveis para todos os consumidores, que são milhares ou milhões, o pagamento individual é apenas uma parcela insignificante do total. O vínculo entre produtores e consumidores é quebrado e o governo deve intervir para providenciar o fornecimento desses bens.

Numa economia socialista, a maior parte da produção é realizada por empresas públicas, inclusive os bens considerados privados, destinados ao consumo individual.

Numa economia capitalista, ao contrário, a maior parte da produção é realizada por empresas privadas, mesmo os bens públicos, destinados ao consumo coletivo. Bens que o governo compra da iniciativa privada e coloca à disposição da população.

Se um indivíduo adquire um bem privado, uma camisa, por exemplo, esse bem não estará disponível para outros indivíduos. Mas o uso de uma estrada asfaltada, um bem público, por um indivíduo, não impede que outros indivíduos façam uso do mesmo bem.

2.3.2 - A Função Distributiva

Deve-se analisar o que é justo ou adequado na função de distribuição de renda e riqueza de um país.

Uma mudança nas condições da economia é considerada eficiente, se a posição de uma pessoa é melhorada, sem que outra pessoa, ou outras, tenham a sua posição deteriorada.

Esse critério não se aplica a medidas redistributivas governamentais, que por definição melhoram a situação de um ou mais indivíduos, às expensas de outros.

Embora na avaliação de um sistema de mercado, a definição de que, “alguém ganha ninguém perde”, seja considerada eficiente, ela pouco contribui para a resolução das questões sociais básicas do problema distributivo.

Um instrumento fiscal de política distributiva é um esquema de transferências, que combine imposto de renda progressivo para famílias de nível de renda elevado, e subsídios para as famílias de baixa renda.

A redistribuição também pode ser implementada pela utilização de imposto de renda progressivo para financiar serviços públicos, como programas de moradias populares.

Ou ainda, utilizando um conjunto de impostos e subsídios, com os impostos incidindo sobre os bens consumidos pelas classes mais ricas, e os subsídios favorecendo os bens de consumo popular.

O princípio da utilização de fatores de acordo com os seus preços competitivos é uma regra econômica, que deve ser seguida se desejamos uma utilização eficiente dos recursos de mercado. À proposição de que a distribuição de renda entre as unidades familiares deve ser determinada pelo mecanismo do sistema de mercado, deve-se recordar que os preços dos fatores determinados pelo mecanismo do sistema de mercado podem não corresponder aos preços competitivos, em decorrência da existência de lucros monopolistas ou de imperfeições nos mercados dos fatores.

Dada a complexidade de resolução das questões sociais básicas do problema distributivo, considerações filosóficas são enfocadas, e entre essas a afirmação de que cada pessoa tem o direito de desfrutar de sua dotação ou que a distribuição deve ser realizada de forma a maximizar o montante de felicidade e satisfação da sociedade, ou a distribuição deve objetivar o alcance de determinados níveis de equidade, de preferência a igualdade total.

A distribuição de renda e riqueza é uma das mais importantes questões da política do setor público. A atenção está se voltando aos níveis de renda das camadas mais pobres da população, enfatizando a necessidade de se prevenir a miséria, estabelecendo limites inferiores considerados toleráveis para esses níveis.

2.3.3 - A Função Estabilizadora

A função estabilizadora da política fiscal é necessária para manter o pleno emprego e a estabilidade dos preços dos produtos e serviços sob controle.

O nível geral de emprego e de preços na economia depende do nível de demanda agregada. Se a demanda agregada cresce ou se mantém num patamar satisfatório, gera expectativa de crescimento, o capital é investido na produção de bens e serviços, gerando mais empregos.

Porém, a demanda agregada não pode estar além da capacidade de produção, em condições de elevado número de emprego, o que gera inflação e instabilidade no mercado.

Se isto ocorrer, o governo precisa adotar medidas restritivas com o objetivo de reduzir a demanda.

Se o Estado se isenta dessa política orientadora, a economia está sujeita a períodos de desemprego ou inflação.

A estabilidade de emprego e de preços na economia, depende do nível de demanda agregada, em relação à capacidade de produção.

O nível de demanda é resultante das decisões de dispêndio de milhões de consumidores, administradores empresariais, investidores e empresas familiares.

Estas decisões dependem de vários fatores, como a renda de cada unidade, da riqueza, do acesso ao crédito e das expectativas com relação ao futuro.

A renda das famílias está relacionada ao número de empregos. Assim, quando aparece o desemprego faz-se necessária uma expansão das medidas do setor público que visam incrementar a demanda agregada.

Da mesma forma que uma demanda insuficiente, um excesso de demanda pode provocar problemas posteriores, como aumento de preços, entrando num processo inflacionário.

Nesses momentos de desequilíbrio não existe um processo de ajuste automático de retorno ao nível elevado de emprego e a preços estáveis, o que exige dos governos presença constante na vigília do mercado.

2.4 - A Distribuição dos Gastos e Receitas Públicas Entre Níveis de Governo

Segundo Nilson Holanda (Testo para Discussão N. 297 - IPEA) As crises econômicas e a brutal elevação das taxas de juros no mercado financeiro internacional dos últimos anos, elevou a dívida externa brasileira às alturas. Isso estancou o fluxo de capitais externos e obrigou o país a proceder ajustes na economia, para geração de excedentes na balança comercial.

O governo promoveu uma vigorosa expansão de exportações, tendo como base um amplo sistema de incentivos fiscais e subsídios aos exportadores.

Além disso, os efeitos da inflação sobre as receitas reais do tesouro, a queda do ritmo de atividade econômica, a redução real de preços e tarifas de serviços públicos e a queda de eficiência da máquina arrecadadora, foram fatores que contribuíram para o esgotamento da capacidade fiscal, principalmente da União.

Na evolução dos gastos do governo, observa-se que entre 1980 e 1984, houve grande esforço de controle nas despesas públicas, de 1985 a 1989 retomou-se uma política expansionista, e de 1990 em diante, vem-se fazendo uma séria tentativa de contenção nos gastos públicos.

Porém, observa-se que as atribuições dos tres níveis de governo, União, estados e municípios, são concorrentes entre si, não havendo uma discriminação de encargos.

Os estados predominam nas funções de educação e saúde e os municípios na função de habitação e urbanismo. Mas a União também atua na educação e saúde e os estados também atuam na função habitacional.

Sobre esse assunto Carlos Alberto Longo (Revista de Finanças Públicas N. 369) escreveu:

“É conveniente examinar a distribuição dos gastos públicos entre níveis de governo, levando em conta, também, o lado das receitas. É claro que, em tese, o governo central pode arrecadar todos os impostos e, distribuí-los, aos estados e municípios, segundo critérios pré-estabelecidos. Somente neste caso a distribuição de receitas entre níveis de governo seria um problema trivial.

Entretanto, um mínimo de autonomia fiscal é desejável, tanto do ponto de vista político como econômico. Afinal, peculiaridades locais, tais como, disponibilidade de recursos naturais ou adquiridos, preferência das comunidades quanto à determinados serviços públicos, e grau de envolvimento do estado na economia, não são temas facilmente conversíveis em fórmulas, por força uniformes, de redistribuição dos recursos fiscais.

Musgrave, com base em argumentos de teoria econômica, conseguiu desenvolver um modelo de federalismo fiscal, que pode ser utilizado com vantagem na discussão de como distribuir o “bolo”, tanto do lado dos usos como das fontes de recursos.

Esse modelo pressupõe uma assimétrica mobilidade de fatores. O fator capital é fluido entre jurisdições, independente do seu tamanho, sendo que, o fator

trabalho é crescentemente menos móvel, à medida que se encaminha na direção de jurisdições locais para nacionais.

As principais funções do governo são: provisão de bens públicos, diminuição das desigualdades sociais e, estabilização de preços e nível de atividade. Para financiar suas atividades o governo dispõe de tributos, taxas e receitas operacionais de empresas públicas.

Dois são os critérios de arrecadação mais utilizados: capacidade de pagamento e tributação de acordo com o benefício. Os impostos pessoais (renda e patrimônio) enquadram-se entre o primeiro, e os impostos locais (propriedade), as taxas e as tarifas, entre o segundo”.

2.4.1 - Impostos de Competência da União

São os seguintes os impostos de competência da União:

I - Imposto de importação de produtos estrangeiros

II - Imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados

III - Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza

IV - Imposto sobre produtos industrializados

VI - Imposto sobre a propriedade territorial rural

VII - Imposto sobre grandes fortunas

2.4.2 - Impostos de Competência dos Estados

São os seguintes os impostos de competência dos estados:

I - Imposto sobre transmissão “causa mortis” e doação, de quaisquer bens ou direitos.

II - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

III - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

2.4.3 - Impostos de Competência dos Municípios

São os seguintes os impostos de competência dos municípios:

I - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

II - Imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

III - Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

IV - Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, (não taxados pelo ICMS).

2.4.4 - Sobre a Distinção das Esferas Governamentais

Como se pode observar nos três itens anteriores, os governos da União, dos estados e dos municípios, têm competência de instituir seus impostos, somente que a capacidade de arrecadar é bem distinta entre eles.

A base de cálculo é que mede a capacidade de arrecadação de um imposto. Sendo assim, a União tem uma capacidade bem maior que os estados, e esses bem maior que seus municípios.

As transferências então se fazem necessárias, uma vez que estados e municípios precisam cumprir seus compromissos perante a sociedade que abrangem. Compromissos que também são de responsabilidade concomitante da União.

As transferências da União são feitas através do FPE - fundo de participação dos estados e FPM - fundo de participação dos municípios.

As transferências dos estados aos seus municípios são feitas através da aplicação de índices de repasse na arrecadação de cada imposto distintamente.

2.4.5 - FPE - Fundo de Participação dos Estados

A origem deste fundo está no art. 21 da emenda constitucional n. 18/65, o qual reza que 10 % do IR - imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do IPI - imposto sobre produtos industrializados seriam distribuídos ao fundo de participação dos estados.

O ato complementar n. 40/68 reduziu a participação do fundo para 5 %, a qual foi mantida pela emenda constitucional n. 1/69.

A emenda constitucional n. 5/75 alterou esta distribuição, fixando em 6, 7 e 8 % a distribuição do fundo para os anos de 1976, 1977 e 1978 e em 9 % para os anos seguintes.

O decreto-lei n. 1.434/75 propiciou uma redistribuição dos recursos do fundo, ao criar uma reserva, com recursos do próprio FPE, destinada aos estados das regiões norte e nordeste. Esta reserva, constituída de 10 % dos recursos em 1976 e 1977, passou a 20 % a partir de 1978.

A emenda constitucional n. 17, de 1980, elevou os percentuais de distribuição deste fundo, do seguinte modo: 10 % em 1981, 10,5 % em 1982 e 1983 e 11 % no exercício de 1984.

A constituição de 1988, elevou esse percentual para 21,5 % (vinte e um inteiros e cinco décimos por cento).

O Banco do Brasil desconta 0,8 % destes valores, a título de remuneração pelos serviços prestados, ao repassar os recursos.

2.4.6 - FPM - Fundo de Participação dos Municípios

A origem deste fundo encontra-se no parágrafo 4 do art. 15 da constituição de 1946, o qual reza que a União entregará aos municípios, excluídos os das capitais, 10 % do IR - Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, “feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural”.

A emenda constitucional n. 5/61 alterou a distribuição aos municípios, primeiro, aumentando para 15 % a parcela do imposto de renda e criando a cota de 10 % do então IC - Imposto de Consumo, a favor dos municípios brasileiros.

A emenda constitucional n. 18/65, em seu art. 21, diz que 10 % do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e do imposto sobre produtos industrializados seriam distribuídos ao fundo de participação dos municípios. Lei complementar regularia a aplicação do fundo, cujos cálculos seriam efetuados pelo Tribunal de Contas da União.

A lei complementar n. 5.172/66 e a constituição de 1967 mantiveram esta participação, mas o Ato Complementar n. 40/68 reduziu-a para 5 %, a qual foi mantida pela emenda constitucional n. 1/69.

A emenda constitucional n. 5/75 alterou esta distribuição, fixando em 6, 7 e 8 % a distribuição do fundo para os anos de 1976, 1977 e 1978 e fixando em 9 % para os anos seguintes.

A emenda constitucional n. 17, de 1980, elevou os percentuais de distribuição deste fundo, do seguinte modo: 10 % em 1981, 10,5 % em 1982 e 1983 e de 11 % no exercício de 1984.

A constituição de 1988, elevou esse percentual para 22,5 % (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

O Banco do Brasil desconta 0,8 % destes valores, a título de remuneração pelos serviços prestados, ao repassar os recursos.

2.4.7 - As Transferências Estaduais

As principais transferências estaduais aos municípios são: IPVA e ICMS.

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, é o imposto que cada proprietário de veículo paga anualmente ao licenciar seu veículo.

O valor do IPVA é fixado em cada estado, de forma independente e é distribuído da seguinte forma:

- 50 % (cinquenta por cento) é do município onde o veículo foi licenciado.
- 50 % (cinquenta por cento) é do Estado.

No ato do pagamento o BESC (Banco do Estado de Santa Catarina S A) credita metade do valor pago na conta corrente do Estado e metade na conta corrente do município onde o veículo está sendo licenciado.

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Este imposto é pago pelo consumidor ao comerciante ou prestador de serviços, quando adquire mercadorias ou serviços, que deve repassar ao Estado o valor integral do imposto.

O ICMS foi criado em 1967 para substituir o então imposto sobre vendas e consignações - IVC. O art. 23 da constituição diz que compete aos estados instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias realizadas por produtores, industriais e comerciantes.

A criação do ICMS foi decorrente de modificações na tributação indireta, ao se optar pela imposição sobre o valor agregado, em substituição à tributação em

cascata. O seu fato gerador é a saída de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou produtor, a entrada de mercadoria importada do exterior ou o fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e bares.

O imposto é não cumulativo, isto é, abate-se, em cada operação, o montante cobrado nas operações anteriores.

As alíquotas do ICMS são fixadas pelo senado federal.

O valor do ICMS é dividido da seguinte forma:

- 75 % (setenta e cinco por cento) para o Estado;
- 25 % (vinte e cinco por cento) para os municípios.

A transferência da parte que cabe aos municípios é o objeto desse estudo.

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO ATUAL

3.1 - A Distribuição dos Recursos do ICMS no Estado de Santa Catarina

Em cumprimento ao artigo 158 da Constituição Federal e à Lei 63 de 11 de janeiro de 1990, anexo 3, o Estado de Santa Catarina repassa aos municípios 50 % (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - creditados diretamente para o município onde o veículo é licenciado.

O IPVA é pago somente nas agências do BESC - Banco do Estado de Santa Catarina. Ao efetuar a cobrança deste imposto o BESC já credita de forma automática, por solicitação do governo estadual, 50 % (cinquenta por cento) na conta corrente do Estado, e 50 % (cinquenta por cento) na conta corrente do município onde o veículo foi licenciado.

Ainda conforme a mesma lei e artigo o Estado repassa aos municípios 25 % (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS, usando os seguintes critérios:

85 % (oitenta e cinco por cento) na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços , realizadas em seus territórios.

Os 15 % (quinze por cento) restantes são repassados pelo Estado de forma igualitária conforme lei estadual.

3.2 - A Atuação da Rede Bancária na Arrecadação e na Distribuição.

Quase toda a rede bancária que atua no Estado de Santa Catarina, participa da arrecadação do ICMS.

Seja privado ou estatal, qualquer banco que tenha contrato com a Secretaria do Planejamento e Fazenda pode participar da cobrança deste imposto.

Todo valor de ICMS arrecadado em qualquer banco deve ser repassado para o BESC - Banco do Estado de Santa Catarina - que credita este valor em duas partes:

- 75 % (setenta e cinco por cento) para uma conta corrente do Estado.
- 25 % (vinte e cinco por cento) para uma conta corrente dos municípios.

Semanalmente o BESC repassa o saldo da conta corrente dos municípios para a conta corrente específica de cada um, aplicando sobre o saldo da conta corrente dos municípios o índice calculado conforme item 3.3, através de uma tabela de índices de cada município, fornecida anualmente pela Secretaria do Planejamento e Fazenda.

3.3 - A Definição dos Índices de Repasse

Até o mês de abril de cada ano as empresas em atividade no Estado de Santa Catarina têm que entregar à Secretaria do Planejamento e Fazenda a DIEF (Declaração de Informações Econômico Fiscais) referente as informações econômicas do ano anterior.

De abril a junho a Secretaria do Planejamento e Fazenda processa essas informações e com base no valor agregado das empresas sediadas em cada município, define o seu índice de participação relativa do ano anterior, como sendo o quociente da divisão entre a soma dos valores agregados das empresas sediadas no município, pela soma dos valores agregados de todas as empresas sediadas no Estado.

De posse dos índices de participação relativa de cada município, as associações têm 30 dias para analisar com seus associados.

As 19 associações de município se reúnem com o titular da Secretaria do Planejamento e Fazenda (dois membros de cada associação) para discutir os índices divulgados e analisados nos últimos 30 dias.

Cada associação defende os interesses de seus associados, objetivando a elevação dos índices de participação de cada um.

Cada associação apresenta as suas contestações ao secretário ou seu representante legal. Cada caso contestado é analisado por um grupo onde não conste nenhum indivíduo da associação contestadora.

Nestas reuniões diárias os grupos vão solucionando a maioria dos problemas nesta primeira instância.

Concluída esta etapa a Secretaria do Planejamento e Fazenda faz as correções devidas e emite novos relatórios, que são novamente encaminhados às associações e aos municípios.

Se algum município se sentir prejudicado, aciona a associação da qual é membro, que é sua representante legal perante a Secretaria do Planejamento e Fazenda.

Se ainda houver contestações por parte das associações estas serão examinadas e decididas, como última instância, pelo secretário.

A Secretaria do Planejamento e Fazenda agora tem a incumbência de preparar a divulgação dos índices de repasse de todos os municípios, numa edição do Diário Oficial do Estado.

Esses índices terão validade a partir do primeiro dia útil do ano seguinte. Após a publicação, se algum município ou associação se achar prejudicado, somente através de processo administrativo pode pedir revisão de índice.

Após a publicação no Diário Oficial do Estado, se alguma alteração se fizer necessária, a Secretaria do Planejamento e Fazenda deve tornar públicas a toda a sociedade, nos meios de comunicação, as alterações efetivadas.

Para os municípios novos, criados nos últimos dois anos, portanto sem índices de participação relativa na arrecadação do Estado, o secretário arbitra um índice de repasse para os dois primeiros anos de vida do município.

A forma de cálculo do índice de repasse é feita da seguinte forma:

IPR - Índice de participação relativa

É o índice calculado pela divisão da soma dos valores agregados pelas empresas sediadas em cada município pela soma dos valores agregados de todas as empresas sediadas no Estado.

$$\text{IPR} = X / Y$$

X - Valor agregado no ano pelas empresas sediadas no município.

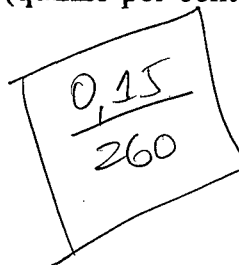
Y - Valor agregado de todas as empresas sediadas no Estado.

IF - Índice fixo, igual para todos os municípios

É o índice para o repasse dos 15 % (quinze por cento) do ICMS igual para todos os municípios.

$$\text{IF} = 15 / 260 = 0,05769$$

?



$$\frac{0,15}{260}$$

15 - Percentual fixo para todos os municípios

260 - Número de municípios no Estado de Santa Catarina

0,05769 - Índice fixo que será aplicado sobre o montante do ICMS pertencente aos municípios.

IRP - Índice de repasse

É o índice definitivo para o repasse do ICMS aos municípios.

Para calcular o IRP:

$$C = (IPR1 + IPR2) / 2$$

IPR1 - Índice de participação relativa do ano anterior ao ano de apuração .

IPR2 - Índice de participação relativa de dois anos anteriores ao ano de apuração .

C - Média dos Índices de Participação de cada Município dos dois anos anteriores ao ano de apuração.

$$IRP = (C \times 0,85) + IF$$

$$IRP = (C \times 0.85) + 0,05769$$

IRP é o índice que aplicado sobre o saldo da conta corrente dos municípios no BESC, define o valor a ser creditado na conta de cada município.

Este índice de repasse está baseado na média dos índices de participação dos dois anos anteriores ao ano de apuração.

Vê-se no anexo 3 o valor agregado e o IPR - Índice de Participação Relativa de cada Município em 1990 e em 1991, que são a base de cálculo para o IRP - Índice de Repasse de cada Município, no ano de 1993, mostrado no mesmo anexo.

Na tabela 1 mostra-se os 15 (quinze) municípios de Santa Catarina que mais arrecadaram ICMS em 1993, que servirá de análise para esse trabalho.

Tabela 1
ICMS dos 15 municípios que mais arrecadaram em 1993.
(Valores em UFR de 31.12.93)

Município	ICMS arrecadado em 1993	Índice de Repasse	Valor Repassado
Florianópolis	180.622.331,05	2,15669	5.541.999,12
Itajaí	109.665.174,33	2,95532	7.594.221,17
Joinville	85.843.150,30	11,78170	30.275.176,82
Blumenau	77.857.135,67	8,29290	21.310.083,79
São José	50.658.808,11	1,79267	4.606.584,89
Jaraguá do Sul	39.891.450,06	3,71549	9.547.613,39
Lages	38.484.525,60	1,62667	4.180.018,32
Chapecó	23.095.282,18	2,98753	7.676.990,50
Criciúma	20.888.554,58	2,76429	7.103.335,55
Brusque	16.962.594,24	1,79206	4.605.017,39
Tubarão	15.283.291,94	1,11918	2.875.932,37
São Bento do Sul	12.919.094,32	1,43805	3.695.325,63
Rio do Sul	12.519.433,64	0,82053	2.108.497,99
Concórdia	10.406.075,70	2,01597	5.180.394,02
Caçador	9.366.463,32	0,98846	2.540.024,04

Fonte: Secretaria do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina - trabalhada pelo autor

O município de Florianópolis aparece como o que mais arrecadou e sétimo colocado no retorno do ICMS. Esse fato se dá por haver algumas empresas estatais que recolhem seus tributos de forma centralizada, na capital. Exemplo disso é a CELESC - Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina, que tem filiais em todos os municípios do Estado e efetua todos os recolhimentos de impostos na Capital.

O Município de Joinville é o terceiro maior arrecadador de ICMS do Estado de Santa Catarina, e o primeiro colocado no retorno desse imposto, chegando a receber aproximadamente 12 % (doze por cento) do total repassado aos municípios. Tal situação se dá por ser um município eminentemente industrial, e pelo bom desempenho de muitas das empresas nele sediadas.

O Município de Itajaí, embora sendo o segundo em arrecadação no Estado, é o quarto colocado no retorno do ICMS. Isso ocorre porque as empresas petrolíferas que atuam no Estado têm como sede o município e recolhem seus tributos de forma centralizada, como acontece com algumas empresas estatais, que recolhem seus tributos no Município de Florianópolis.

O Município de Blumenau é o quarto maior arrecadador de ICMS do Estado e o segundo colocado no retorno desse imposto. Como Joinville, Blumenau é um município industrial, com destaque no ramo têxtil, e suas empresas têm um grande desempenho na transformação da matéria-prima.

Os municípios de Jaraguá do Sul, Chapecó, Criciúma, Brusque, São Bento do Sul, Caçador e Concórdia, destaque para este último, que é o décimo quarto maior arrecadador de ICMS, e o oitavo colocado no retorno do mesmo, são municípios cujas empresas de transformação de matéria-prima superam o desempenho das empresas voltadas a outros mercados, como comércio e turismo.

Os municípios de São José, Lages, Tubarão e Rio do Sul, são municípios cujas empresas neles sediadas atuam mais no ramo de comércio que as que atuam no ramo de transformação de matéria-prima.

Estas diferenças se dão porque o índice de repasse é calculado com base no valor agregado, que é o valor acrescentado à matéria-prima na produção de bens, e a arrecadação do ICMS é feita sobre toda a circulação de mercadorias e serviços.

O anexo 2 mostra o valor do ICMS arrecadado em Santa Catarina em 1993, valor esse expresso em UFR - Unidade Fiscal de Referência.

A UFR é uma unidade de valor referência, independentemente estipulada em cada Estado brasileiro, criada pela necessidade dos órgãos fiscais se protegerem da inflação galopante dos últimos anos.

Dessa forma, além de se proteger da desvalorização da moeda, o governo do Estado tem de forma explícita, como saber a evolução da sua arrecadação, expressando-a em uma unidade de referência própria.

No anexo 2 é mostrado também o valor em UFR que o Estado de Santa Catarina repassou aos Municípios, como participação do ICMS em 1993. Esse valor é o repasse total dividido entre os 260 (duzentos e sessenta) municípios do Estado, por critérios mostrado neste trabalho.

3.4 - A forma de distribuição no Estado do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul repassa os recursos do ICMS aos seus municípios da seguinte forma :

- 75 % (setenta e cinco por cento) com base na média dos últimos dois anos da relação percentual entre o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em cada município e o valor total adicionado no Estado.

- 7 % (sete por cento) com base na relação percentual entre a população residente no município e a no Estado, conforme dados fornecidos pelo IBGE.
- 7 % (sete por cento) com base na relação entre a área do município e a do Estado, em quilômetros quadrados.
- 5 % (cinco por cento) com base na relação percentual entre o número de propriedades rurais cadastradas no município e a das cadastradas no Estado, no último dia do ano civil a que se refere a apuração.
- 3,5 % (três e meio por cento) com base na relação percentual entre a produtividade primária do município e a do Estado, no ano civil a que se refere a apuração, obtidas pela divisão do valor da produção primária, conforme levantamento da Secretaria da Fazenda, pelo número de quilômetros quadrados, do município.
- 2,5 % (dois e meio por cento) de forma igualitária para todos os municípios.

3.5 - A forma de distribuição no Estado do Paraná

O Estado do Paraná repassa os recursos do ICMS aos seus municípios da seguinte forma :

- 75 % (setenta e cinco por cento) com base na média dos últimos dois anos da relação percentual entre o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em cada município e o valor total adicionado no Estado.
- 8 % (oito por cento) com base na relação entre a produção agropecuária do município e a do Estado conforme índice fornecido pela Secretaria da Fazenda.
- 6 % (seis por cento) com base na relação entre o número de habitantes do município e o do Estado, índice fornecido pelo IBGE.
- 2 % (dois por cento) com base na relação entre o número de propriedades rurais do município e o número de propriedades rurais do Estado.

- 2 % (dois por cento) com base na relação entre a área física do município e a do Estado.
- 5 % (cinco por cento) com base em um índice de preservação ambiental do município.
- 2 % (dois por cento) fixo - de forma igualitária para todos os municípios.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL E SIMULAÇÃO

4.1 - Crítica da Situação Atual.

O nível de concentração pela distribuição do ICMS com base nos coeficientes de participação atuais mostra que, alguns municípios se beneficiam de grande parte dos recursos desta fonte, muito pouco restando para ser repartido entre os demais participantes.

Em Santa Catarina dois municípios, Joinville e Blumenau, se beneficiam de 20.3 % do total repassado pelo Estado em 1993.

Nos outros estados também ocorre essa concentração na distribuição.

Além disso, deve-se atentar para um fato largamente conhecido, de que o fenômeno da produção é heterogêneo, apresenta níveis distintos de agregação de valor, diferentes taxas de produtividade e é também descontínuo no espaço. Esta segmentação típica das atividades econômicas caracteriza-se, por si só, como motivo suficiente para gerar um elevado nível de disparidades regionais que se refletem nos coeficientes de participação calculados segundo legislação em vigor, gerando, em decorrência disto, a concentração bastante acentuada dos mesmos.

O elevado número de reclamações municipais em torno à questão da partilha dos recursos oriundos do ICMS, assim como os estudos teóricos iniciais efetuados em caráter pioneiro, motivaram numerosas sugestões, visando alterar o critério vigente de repartição do ICMS. As proposições que mais se destacaram dizem respeito aos seguintes aspectos:

- Elevar a participação dos municípios na cota-parte do ICMS para 30 % do total arrecadado (Hoje esse percentual é de 25 % conforme a lei complementar

número 63/90). Tal sugestão apresenta-se como definitivamente inexecutável, quando se constata a magnitude dos problemas financeiros enfrentados na atualidade por todos os Estados.

- Considerar para fins de cálculo dos coeficientes, variáveis que reflitam o grau de necessidade econômico-social, tais como:

- a superfície territorial abrangida pelo município. Fica implícita, nesta variável, a idéia de que quanto maior a área municipal, maiores gastos se fazem necessários para a realização e a manutenção de obras de infra/estrutura;

- a população residente. Esta variável é considerada de grande importância por guardar uma estreita relação com o grau de complexidade das necessidades coletivas;

- a receita tributária de competência municipal. A inclusão desta variável traz, em seu bojo, a finalidade precípua de obrigar o município a incrementar suas receitas próprias, capitalizando de forma positiva, o esforço próprio desenvolvido a nível local.

Análise crítica de variáveis para o cálculo das parcelas do ICMS pertencentes aos municípios:

I - O valor adicionado.

O conceito de valor agregado : “diferença entre os valores de saídas e entradas de mercadorias”, sendo o emprego deste critério factível apenas ao nível de estabelecimentos industriais e comerciais, tornou-se necessário definir o tipo de tratamento a ser dado às operações efetuadas pelos produtores rurais.

II - A população residente

Entende-se que a inclusão da variável população residente no cálculo dos coeficientes de participação tem por finalidade fazer com que os mesmos passem também a refletir o nível das necessidades sociais do município.

Coloca-se porém, como fator limitativo no que tange à utilização desta variável, o fato de os censos demográficos efetuados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizarem-se com intervalos de dez anos, sendo os dados resultantes publicados em média dois anos depois. Neste interregno dispõem-se apenas de estimativas efetuadas para o ano imediato do período, geralmente publicadas um ano depois.

Isso faz com que na melhor das hipóteses, para fins de apuração dos coeficientes, deva-se utilizar os mesmos dados durante um período de seis a sete anos, lapso de tempo bastante longo quando se considera a intensa dinâmica que anima os modernos fenômenos sociais.

Essa constância, se por um lado assegura ao município uma participação estável no produto da arrecadação do ICMS, futuramente poderá gerar os seguintes problemas:

- Transformar-se num novo fator de imobilismo dos valores assumidos pelos novos coeficientes de participação e, conseqüentemente, da posição relativa dos recursos daí originados;
- Sujeitar o município a enfrentar bruscas e imprevisíveis variações na receita proveniente da cota-parte do ICMS, face às variações que possam ocorrer nos coeficientes por ocasião da introdução dos novos dados populacionais fornecidos pelos censos ou estimativas, em conjunção com um desempenho atípico da economia municipal.

4.2 - Análise da Situação Atual

Como podemos observar na tabela 1, dois municípios (Joinville e Blumenau) tiveram um retorno de 20,3 % do total repassado pelo Estado. Essa grande diferença em relação aos outros municípios é desproporcional ao ICMS arrecadado em cada um, como se pode observar na tabela 1.

A diferença na arrecadação do ICMS no município de Joinville em relação ao município de São José, de 85.843.150,30 para 50.658.808,11 não justifica a diferença dos índices de repasse de cada um, 11,78170 e 1,79267 respectivamente.

Observando os 10 municípios de maior retorno, constatamos que receberam 40,07 % do total repassado, ficando os outros 250 municípios com apenas 59,93 %.

Nesses 15 municípios analisados, algumas distorções podem ser observadas, como Lages e Chapecó. O primeiro arrecadando 38.484.525,60 com um índice de repasse de 1,62667 e o segundo arrecadando 23.095.282,18 com um índice de repasse de 2,98753.

Essa diferença se dá também por ser o índice de repasse calculado pela média dos últimos dois anos, não refletindo a situação atual dos municípios. A média dos últimos dois anos é adotada para que uma queda na geração de valor agregado em um determinado ano, não implique em uma queda brusca na participação do município ao retorno do ICMS.

4.3 - Simulação

Na tabela 2 estão relacionados os índices de repasse com base na arrecadação de cada município, e os valores de repasse com base nesses índices.

Tabela 2
Índices e Valores Propostos
(Valores em UFR de 31.12.95)

Município	ICMS arrecadado em 1993	Índices de Repasse Propostos	Valores de Repasse Propostos
Florianópolis	180.622.331,05	13,91103	35.746.869,60
Itajaí	109.665.174,33	8,46877	21.762.013,08
Joinville	85.843.150,30	6,64337	17.071.322,62
Blumenau	77.857.135,67	6,02916	15.493.000,61
São José	50.658.808,11	3,94310	10.132.497,85
Jaraguá do Sul	39.891.450,06	3,11727	8.010.380,55
Lages	38.484.525,60	3,00936	7.733.086,58
Chapecó	23.095.282,18	1,82904	4.700.044,09
Criciúma	20.888.554,58	1,65979	4.265.126,06
Brusque	16.962.594,24	1,35868	3.491.370,28
Tubarão	15.283.291,94	1,22988	3.160.395,74
São Bento do Sul	12.919.094,32	1,04855	2.694.436,00
Rio do Sul	12.519.433,64	1,01790	2.615.675,37
Concórdia	10.406.075,70	0,85580	2.199.130,54
Caçador	9.366.463,32	0,77604	1.994.250,10

Fonte: Secretaria do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina - trabalhada pelo autor

Usa-se os 15 (quinze) municípios que mais arrecadaram ICMS durante o ano de 1993, como se poderia usar os 15 (quinze) que menos arrecadaram, ou os 15 (quinze) intermediários, ou um número diferente de municípios.

O que se quer é mostrar o comportamento da arrecadação de ICMS, o valor repassado aos municípios, e o que seria repassado baseado no índice de repasse proposto, sem que haja necessidade de calcular esses parâmetros para todos os 260 (duzentos e sessenta) municípios existentes hoje em Santa Catarina.

Compara-se a tabela 1 com a tabela 2 e vê-se as diferenças entre os valores que o Estado de Santa Catarina repassou aos 15 (quinze) municípios, e os valores calculados com base na arrecadação de cada um.

Os repasses para o município de Florianópolis não serão analisados pelo fato de algumas empresas estatais recolherem o ICMS de forma centralizada, como a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina).

Também no município de Itajaí as empresas que comercializam derivados de petróleo recolhem de forma centralizada.

Porém, isso não invalida as análises feitas nos outros municípios uma vez que com as facilidades da informática a Secretaria da Fazenda tem condições de apropriar de forma descentralizada os recolhimentos feitos nesses municípios.

O município de Joinville recebeu a maior 13.203.854,20 UFR, o que mostra que o município exportou bastante no ano de 1993, fazendo jus a um índice bem maior que a maioria. Como a exportação contribui para elevar o índice de participação do município sem aumentar a arrecadação, pois não há recolhimento de ICMS sobre produtos exportados, significa que esse município se apropriou de valores recolhidos em outros municípios.

Os municípios de Blumenau, Jaraguá do Sul, Chapecó, Criciúma, Brusque, São Bento do Sul, Concórdia e Caçador também receberam valores com percentual a

maior que o percentual entre o ICMS recolhido no município e o recolhido no Estado.

O município de São José recebeu a menor 5.529.912,96 UFR, valor que foi apropriado pelos municípios exportadores.

Os municípios de Lages, Tubarão e Rio do Sul também receberam valores com percentual a menor que o percentual entre o ICMS recolhido no município e o recolhido no Estado.

CAPÍTULO V

5.1 - Conclusão

Os municípios, para cumprir seus deveres e obrigações precisam de recursos que, devido a sua pouca capacidade de criar impostos, fonte de recursos de qualquer governo, contam ainda com repasses de parcelas de impostos arrecadados pela União e o Estado a que pertencem.

A falta de recursos da maioria dos municípios brasileiros é fruto da história das relações fiscais, através dos anos, entre os municípios, o Estado e a União, como se observa nas publicações especializadas em política fiscal e tributária.

Por outro lado a falta de autonomia dos governos municipais, é consequência direta do nível de dependência das transferências intergovernamentais a que estão submetidos os municípios brasileiros.

Muito se fala na reformulação do sistema tributário nacional, mas com muito pouca objetividade.

A solução deste problema seria uma ampla reforma tributária, por parte do congresso, realizada através de mudanças por vias constitucionais.

Os municípios pouco desenvolvidos, situados longe de grandes centros consumidores, sem atração para grupos empresariais de fora de seus territórios, e sem condições de propiciar infra-estrutura para que grupos locais se aventurem em empreendimentos empresariais, dependem exclusivamente desses repasses. Do FPM o que recebem é proporcional ao número de habitantes, produtivos ou não, sendo portanto um recurso garantido e esperado.

Da parte do produto do ICMS pertencente aos municípios, recebem os 15 % (quinze por cento) que o Estado repassa de forma igualitária a todos os seus

municípios. O que recebem proporcional ao valor agregado de suas empresas é pouco significativo, como se verifica observando os percentuais de participação no anexo 3, dos municípios com menor classificação.

Para os municípios industrializados ou em estágio mais avançado de desenvolvimento, por outro lado, a situação é exatamente ao contrário, no repasse da parte do produto do ICMS. Os 15 % (quinze por cento) iguais para todos os municípios representam muito pouco para seus orçamentos. Os 85 % (oitenta e cinco por cento) repartidos conforme o valor agregado pelas empresas sediadas em seus territórios é que lhes permitem sustentar suas obrigações e melhorar seus desenvolvimentos.

Quanto maior o desenvolvimento de um município, mais recursos necessita, porém, recebendo esses recursos, mais condições de crescimento oferecerá às empresas de seu território, e como consequência deve aumentar a geração de impostos.

Como se observa nos itens 4.2 e 4.3 Santa Catarina está muito aquém dos outros estados brasileiros, em relação ao assunto distribuição de recursos.

Em entrevista com o presidente da FECAM - Federação Catarinense das Associações de Municípios, Miguel Faraco, uma grande maioria de seus associados deseja alterações no processo de distribuição.

Alguns municípios desejam que o percentual de 15 % (quinze por cento) distribuídos de forma igualitária passe para 25 % (vinte e cinco por cento), ficando somente 75 (setenta e cinco por cento) para distribuir conforme o desempenho econômico de cada um, outros desejam que os 15 % (quinze por cento) diminuam.

Vários municípios fornecedores de matéria prima desejam a criação de um índice verde.

No item 3.3 mostrou-se como é calculado o índice de repasse, com base principalmente nas informações da DIEF (anexos 4 e 5).

A apuração do valor adicionado envolve esforços de muita gente, além de custos consideráveis, e também as informações incorretas, e possíveis falhas no manuseio de grande quantidade de documentos.

Por que não se pensar em formas mais fáceis e que corrijam a concentração da maior parte dos valores distribuídos nos municípios produtores ?

Uma resposta, segundo pessoas da Secretaria da Fazenda envolvidas no processo, é o lobby dos municípios industrializados.

Esses municípios têm empresas que exportam grande parte da produção, isentas do ICMS, mas que contribuem para o valor adicionado do município.

O que se procurou mostrar, apesar da complexidade do assunto e do pouco tempo disponível, não foram só os valores repassados e propostos, mas a forma de obtê-los. Parâmetros que possibilitem a participação de municípios pequenos é necessário, mas, é possível se obter índices baseados em valores mais atuais, permitindo que o município que mais produz receba mais.

E o mais importante é não esquecer que o objetivo dos repasses intergovernamentais é a de redistribuir a riqueza beneficiando as regiões mais pobres.

5.2 - Recomendações

Definir objetivos e tentar alcançá-los permitiu a elaboração e conclusão desse trabalho, que se espera servir para despertar interesses a outros estudos sobre o assunto.

A literatura existente sobre o assunto é mais da área governamental, empírica, o que dificulta bastante, mas não deixa de ser empolgante.

Como recomendação para futuros estudos sobre o assunto, além de se tentar chegar a índices mais justos, seria interessante que se incluísse como parâmetro de cálculo, também a arrecadação de ICMS de cada município, e outros parâmetros que contribuem para aumentar o bolo da arrecadação.

É interessante que sejam feitos estudos do comportamento dos municípios sobre o assunto e como são aplicados os recursos recebidos.

Para todos os estados do Brasil é necessário que se estude o assunto sem os limites impostos pela lei complementar número 63 (anexo 1), principalmente desvinculando do movimento econômico apurado da forma como se faz atualmente, valorizando o valor do ICMS recolhido em cada município.

O Estado de Santa Catarina precisa, mais que os outros estados, valorizar outros parâmetros, como preservação ambiental, fornecimento de matéria prima, e outros parâmetros já usados por outros estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AMBONI, Nério & ANDRADE, Ana Lúcia de. **Manual para elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Florianópolis,: 1991, fotocópia, 72p.
02. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,. **Censo 1991**. Rio de janeiro,: 1991
03. BRASIL. **Constituição de Republica Federativa do Brasil**. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292p.
04. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“O Problema da Distribuição do ICMS aos Municípios”** n.: 337,1979, p.21;
05. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“Transferência de Tributos Federais às Unidades Federativas”** n.: 345, 1981, p 6
06. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“O Sistema de Relações Financeiras Intergovernamentais e seu Papel no Financiamento de Estados e Municípios”** n.: 362, 1985, p 15
07. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“Transferências Intergovernamentais e o Financiamento de Estados e Municípios”** n.: 363,1985, p 32
08. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“Transferências de Impostos aos Estados e aos Municípios”** n.: 367, 1986, p 70

09. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“A Distribuição dos Gastos e Receitas Públicas Entre Níveis de Governo: Um Enfoque Econômico”** n.: 369, 1987, p 16
10. Brasil. Revista de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília : **“Despesas da União Com Transferências a Outros Níveis de Governo: Conceitos e Evolução Recente”** n.: 373, 1988, p 38
11. Holanda, Nilson. **Texto Para Discussão** Ipea Brasília : Serviço Editorial, n.: 303, 1994, 42p
12. LINHARES, Josaphat. **A Reforma Tributária e Sua Implicação nas Finanças dos Estados e Municípios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973, 523p.
13. MUSGRAVE, RICHARD. A. e PEGGY B. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**. São Paulo.: Editora Campus Ltda, 1980, 673p.
14. RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**, São Paulo : Abril Cultura, 1982, 286p.
15. SANTA CATARINA. Secretaria do Planejamento- SEPLAN, **Levantamento de dados de Santa Catarina**. Florianópolis,: 1991, 72p.
16. SANTA CATARINA. Secretaria do Planejamento e Fazenda - SPF. **Valores Sintéticos da Arrecadação**. Florianópolis : 1993.
17. SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Vol. II, São Paulo : Abril Cultural, 1983, 350p.

ANEXOS

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 46. É facultado à entidade sindical representar os trabalhadores, independentemente de instrumento de procuração, junto ao empregador, ao banco depositário ou ao Gestor, para obtenção de informações relativas ao FGTS.

Art. 47. Dos atos do Gestor, caberá recurso ao Conselho Curador, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 48. O Ministério do Trabalho prestará ao Conselho Curador o apoio necessário ao exercício da sua competência.

Art. 49. Para os fins do artigo 12 da Lei n. 7.839/89, o empregador solicitará ao banco depositário a abertura de conta vinculada em nome do trabalhador, à qual serão creditados depósitos devidos a partir de 5 de outubro de 1988.

Parágrafo único. Cabe ao empregador apurar os valores dos depósitos no período entre 5 de outubro de 1988 e 12 de outubro de 1989.

Art. 50. A opção pelo regime do FGTS somente será admitida com referência ao tempo anterior a 5 de outubro de 1988.

Art. 51. O tempo de serviço anterior à opção ou a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregado e empregador, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização simples ou em dobro, conforme o caso.

Art. 52. O Conselho Curador baixará as instruções necessárias à centralização das contas do FGTS no Gestor, de forma a assegurar a integridade dos direitos do trabalhador, notadamente no que se refere à atualização dos respectivos créditos e à exata informação.

Art. 53. Após a centralização das contas no Gestor, o Conselho-Curador poderá simplificar os procedimentos para movimentação e saques.

LEI COMPLEMENTAR N. 63 — DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As parcelas pertencentes aos Municípios do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, conforme os incisos III e IV do artigo 158 e inciso II e § 3.º, do artigo 159, da Constituição Federal, serão creditadas segundo os critérios e prazos previstos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As parcelas de que trata o "caput" deste artigo compreendem os juros, a multa moratória e a correção monetária, quando arrecadados como acréscimos dos impostos nele referidos.

Art. 2.º 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores licenciados no território de cada Município serão imediatamente creditados a este, através do próprio documento de arrecadação, no montante em que esta estiver sendo realizada.

Art. 3.º 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação serão creditados, pelos Estados, aos respectivos Municípios, conforme os seguintes critérios:

I — 3/4 (três quartos), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II — até 1/4 (um quarto), de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

§ 1.º O valor adicionado corresponderá, para cada Município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.

§ 2.º Para efeito de cálculo do valor adicionado serão computadas:

I — as operações e prestações que constituam fato gerador do imposto, mesmo quando o pagamento for antecipado ou diferido, ou quando o crédito tributário for diferido, reduzido ou excluído em virtude de isenção ou outros benefícios, incentivos ou favores fiscais;

II — as operações imunes do imposto, conforme as alíneas "a" e "b" inciso X, do § 2.º, do artigo 155, e a alínea "d", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

§ 3.º O Estado apurará a relação percentual entre o valor adicionado em cada Município e o valor total do Estado, devendo este índice ser aplicado para a entrega das parcelas dos Municípios a partir do 1.º (primeiro) dia do ano imediatamente seguinte ao da apuração.

§ 4.º O índice referido no parágrafo anterior corresponderá à média dos índices apurados nos 2 (dois) anos civis imediatamente anteriores ao da apuração.

§ 5.º Os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos.

§ 6.º Para efeito de entrega das parcelas de um determinado ano, o Estado fará publicar, no seu órgão oficial, até o dia 30 de junho do ano da apuração, o valor adicionado em cada Município, além dos índices percentuais referidos nos §§ 3.º e 4.º deste artigo.

§ 7.º Os Prefeitos Municipais e as associações de Municípios, ou seus representantes, poderão impugnar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da sua publicação, os dados e os índices de que trata o parágrafo anterior, sem prejuízo das ações cíveis e criminais cabíveis.

§ 8.º No prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da primeira publicação, os Estados deverão julgar e publicar as impugnações mencionadas no parágrafo anterior, bem como os índices definitivos de cada Município.

§ 9.º Quando decorrentes de ordem judicial, as correções de índices deverão ser publicadas até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da data do ato que as determinar.

§ 10. Os Estados manterão um sistema de informações baseadas em documentos fiscais obrigatórios, capaz de apurar, com precisão, o valor adicionado de cada Município.

§ 11. O valor adicionado relativo a operações constatadas em ação fiscal será considerado no ano em que o resultado desta se tornar definitivo, em virtude da decisão administrativa irreversível.

§ 12. O valor adicionado relativo a operações ou prestações espontaneamente confessadas pelo contribuinte será considerado no período em que ocorrer a confissão.

§ 13. A lei estadual que criar, desmembrar, fundir ou incorporar Municípios levará em conta, no ano em que ocorrer, o valor adicionado de cada área abrangida.

Art. 4.º Do produto da arrecadação do imposto de que trata o artigo anterior, 25% (vinte e cinco por cento) serão depositados ou remetidos no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada à "conta de participação dos Municípios no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação", aberta em estabelecimento oficial de crédito e de que são titulares, conjuntos, todos os Municípios do Estado.

§ 1.º Na hipótese de ser o crédito relativo ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação extinto por compensação ou transação, a repartição estadual deverá, no mesmo ato, efetuar o depósito ou a remessa dos 25% (vinte e cinco por cento) pertencentes aos Municípios na conta de que trata este artigo.

§ 2.º Os agentes arrecadadores farão os depósitos e remessas a que alude este artigo independentemente de ordem das autoridades superiores, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 5.º Até o 2.º (segundo) dia útil de cada semana, o estabelecimento oficial de crédito entregará, a cada Município, mediante crédito em conta individual ou pagamento em dinheiro, à conveniência do beneficiário, a parcela que a este pertencer, do valor dos depósitos ou remessas feitos, na semana imediatamente anterior, na conta a que se refere o artigo anterior.

Art. 6.º Os Municípios poderão verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias, em operações de que participem produtores, industriais e comerciantes estabelecidos em seus territórios; apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual incumbida do cálculo do índice de que tratam os §§ 3.º e 4.º, do artigo 3.º, desta Lei Complementar, assim como à autoridade competente.

§ 1.º Sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações a que estiverem sujeitos por lei federal ou estadual, os produtores serão obrigados, quando solicitados, a informar, às autoridades municipais, o valor e o destino das mercadorias que tiverem produzido.

§ 2.º Fica vedado aos Municípios apreender mercadorias ou documentos, impor penalidades ou cobrar quaisquer taxas ou emolumentos em razão da verificação de que trata este artigo.

§ 3.º Sempre que solicitado pelos Municípios, ficam os Estados obrigados a autorizá-los a promover a verificação de que tratam o "caput" e o § 1.º deste artigo, em estabelecimentos situados fora de seus territórios.

§ 4.º O disposto no parágrafo anterior não prejudica a celebração, entre os Estados e seus Municípios e entre estes, de convênios para assistência mútua na fiscalização dos tributos e permuta de informações.

Art. 7.º Dos recursos recebidos na forma do inciso II do artigo 159 da Constituição Federal, os Estados entregarão, imediatamente, 25% (vinte e cinco por cento) aos respectivos Municípios, observados os critérios e a forma estabelecidos nos artigos 3.º e 4.º desta Lei Complementar.

Art. 8.º Mensalmente, os Estados publicarão no seu órgão oficial a arrecadação total dos impostos a que se referem os artigos 2.º e 3.º desta Lei Complementar e o valor total dos recursos de que trata o artigo 7.º, arrecadados ou transferidos no mês anterior, discriminadas as parcelas entregues a cada Município.

Parágrafo único. A falta ou a incorreção da publicação de que trata este artigo implica a presunção da falta de entrega, aos Municípios, das receitas tributárias que lhes pertencem, salvo erro devidamente justificado e publicado até 15 (quinze) dias após a data da publicação incorreta.

Art. 9.º O estabelecimento oficial de crédito que não entregar, no prazo, a qualquer Município, na forma desta Lei Complementar, as importâncias que lhes pertencem ficará sujeito às sanções aplicáveis aos estabelecimentos bancários que deixam de cumprir saques de depositantes.

§ 1.º Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, o estabelecimento oficial de crédito será, em qualquer hipótese, proibido de receber as remessas e os depósitos mencionados no artigo 4.º desta Lei Complementar, por determinação do Banco Central do Brasil, a requerimento do Município.

§ 2.º A proibição vigorará por prazo não inferior a 2 (dois) nem superior a 4 (quatro) anos, a critério do Banco Central do Brasil.

§ 3.º Enquanto durar a proibição, os depósitos e as remessas serão obrigatoriamente feitos ao Banco do Brasil S/A., para o qual deve ser imediatamente transferido saldo em poder do estabelecimento infrator.

§ 4.º O Banco do Brasil S/A. observará os prazos previstos nesta Lei Complementar, sob pena de responsabilidade de seus dirigentes.

§ 5.º Findo o prazo da proibição, o estabelecimento infrator poderá tornar a receber os depósitos e remessas, se escolhido pelo Poder Executivo Estadual, ao qual será facultado eleger qualquer outro estabelecimento oficial de crédito.

Art. 10. A falta de entrega, total ou parcial, aos Municípios, dos recursos que lhes pertencem na forma e nos prazos previstos nesta Lei Complementar, sujeita o Estado faltoso à intervenção, nos termos do disposto na alínea "b", do inciso V, do artigo 34, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Independentemente da aplicação do disposto no "caput" deste artigo, o pagamento dos recursos pertencentes aos Municípios, fora dos prazos estabelecidos nesta Lei Complementar, ficará sujeito à atualização monetária de seu valor e a juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de atraso.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-Lei n. 1.216 (1), de 9 de maio de 1972.

● José Sarney — Presidente da República.

Mailson Ferreira da Nóbrega.

ANEXO 2

Valor do ICMS arrecadado em Santa Catarina em 1993 (em UFR)
1.108.244.982,46

Valor Repassado aos municípios como Participação do ICMS em 1993 (em UFR)
256.967.813,38

Valor da UFR em 31.12.93.....CR\$ 272,70

Fonte: Secretaria do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina

GERÊNCIA DE CADASTRO TRIBUTÁRIO

ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES À PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO I.C.M.S. PARA O EXERCÍCIO DE 1994

BASE ANOS 1990 E 1991 - EXERCÍCIO: 1992
1991/92

$A = \frac{C}{D}$
 $C = (A + B) / 2$
 $D = (C \times 0.35) + 1$

VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS, EXCLUÍDOS OS CENTAVOS

MUNICÍPIO	SOMA 90	PARTICIP. Relativa 90	SOMA 91	PARTICIP. Relativa 91	ÍNDICE 91/90	VA-FIXO 91	SOMA 92	PARTICIP. Relativa 92	ÍNDICE 92/91	DIFERENÇA 92/91	VA-FIXO 92	DIFERENÇA VA-FIXO 91/92
1 JOINVILLE	119.641.734.021	13,50747	586.652.250.130	14,07844	13,79296	11.78170	6.716.952.568.405	13,48109	13,77977	-0,09562	11,77049	-0,09515
2 BLUMENAU	86.538.441.650	9,77013	400.319.534.159	9,60849	9,68849	8.29290	4.390.932.570.238	8,81271	9,20978	-4,94101	7,88600	-4,90664
3 LARAGUA DO SUL	40.189.448.315	4,53736	169.565.297.063	4,06922	3,71549	3.71549	1.886.310.429.457	3,78587	3,92755	-8,73155	3,92755	-8,59596
4 ITAJAI	29.705.254.605	3,35370	144.356.515.959	3,46426	3,40898	2,95532	1.787.922.712.593	3,58841	3,52633	3,44247	3,05507	3,37525
5 CHAPECO	31.186.153.072	3,52089	140.547.413.964	3,37285	3,46687	2,98753	1.674.857.623.008	3,36148	3,36716	-2,31237	2,91978	-2,26772
6 CRICIUMA	27.902.822.444	3,15021	134.105.681.300	3,21826	3,18423	2,76429	1.414.081.466.762	2,83810	3,02818	-4,90091	2,63164	-4,79864
7 FLORIANÓPOLIS	21.701.449.329	2,45008	103.706.496.107	2,48874	2,46091	2,15669	1.222.909.979.646	2,45441	2,47158	0,08770	2,15853	0,08537
8 CONCORDIA	19.934.443.106	2,25038	98.222.567.579	2,35714	2,30386	2,01597	1.209.739.026.091	2,42798	2,39256	3,84999	2,09136	3,73980
9 SÃO JOSE	17.431.222.978	1,96797	88.105.199.499	2,11434	2,04116	1,79267	1.033.118.348.429	2,07349	2,09392	2,58492	1,83752	2,50174
10 BRUSQUE	22.528.831.374	2,54349	64.062.916.247	1,53738	2,04043	1,79267	1.122.926.189.359	2,25374	1,89556	-7,10018	1,66892	-6,87161
11 LAGES	16.701.287.220	1,88556	75.262.812.105	1,80615	1,84586	1,62667	966.018.523.156	1,93882	1,87249	1,44279	1,64930	1,39160
12 VIDEIRA	17.992.492.137	2,03134	67.244.181.971	1,61372	1,82253	1,60884	859.693.268.037	1,72543	1,66957	-8,39256	1,47684	-8,09047
13 SÃO BENTO DO SUL	14.850.919.618	1,67666	65.473.891.226	1,57124	1,62395	1,43805	863.433.362.038	1,73293	1,65209	1,73258	1,46196	1,66307
14 TUBARAO	11.970.675.140	1,35148	47.759.755.669	1,14614	1,24881	1,11918	591.472.855.157	1,18710	1,16662	-6,58144	1,04932	-6,24231
15 ACADAR	8.829.775.433	0,99688	49.719.766.361	1,19317	1,09503	0,98846	476.270.652.780	0,95589	1,07453	-1,87177	0,97104	-1,76252
16 INDIAIAL	9.079.243.347	1,02504	41.080.336.596	0,98584	1,00544	0,91232	518.368.209.555	1,04038	1,01311	0,76275	0,91863	0,71457
17 SEARA	5.729.115.467	0,64681	31.245.853.012	0,74984	0,69832	0,65127	635.717.165.198	1,27590	1,01287	45,04293	0,88752	41,05287
18 XAXIM	8.416.499.335	0,95022	38.034.640.551	0,91275	0,93149	0,84945	517.412.939.304	1,03846	0,97561	4,73656	0,88752	4,88074
19 FRABURGO	9.422.359.721	1,02088	39.621.747.511	0,90397	1,03763	0,93968	490.644.198.550	0,98474	0,96779	-1,83316	0,88031	-1,71507
20 GASPAR	10.374.710.997	1,17130	37.668.537.391	0,80986	0,89246	0,82053	503.889.057.478	1,01132	0,95764	-7,70898	0,87169	-7,23574
21 RIO DO SUL	8.547.989.279	0,96506	34.580.444.342	0,82966	0,89346	0,82053	424.777.198.976	0,85294	0,84120	-6,26889	0,77271	-5,82816
22 XANXERE	7.605.015.608	0,85860	33.337.887.599	0,80004	0,82762	0,76261	433.796.049.260	0,87064	0,83534	0,72587	0,76774	0,67243
23 CANOINHAS	6.638.497.855	0,74948	33.313.234.095	0,79945	0,77446	0,71599	383.439.857.596	0,76957	0,78451	1,29725	0,72452	1,19270
24 SÃO MIGUEL DOESTE	4.882.431.126	0,55122	35.248.364.764	0,84589	0,69855	0,65146	349.513.236.641	0,70148	0,77368	10,75521	0,71532	9,80277
25 TIMBO	9.575.575.542	1,10185	33.739.418.320	0,80968	0,95576	0,87009	357.396.727.213	0,71730	0,76349	-20,11721	0,70666	-18,78339
26 MAFRA	5.975.419.553	0,67462	29.834.269.707	0,71596	0,69529	0,64869	367.260.065.689	0,73710	0,72653	4,49310	0,67524	4,09350
27 JOACABA	6.509.570.082	0,73493	30.972.574.104	0,74328	0,73910	0,68593	345.594.903.237	0,69362	0,71845	-2,79476	0,66837	-2,55965
28 OTACILIO COSTA	5.862.635.129	0,66189	29.650.220.353	0,71154	0,68672	0,64140	350.010.297.284	0,70248	0,70672	0,27802	0,65840	0,25352
29 CURITIBANOS	6.110.909.305	0,68992	29.985.762.237	0,71960	0,70476	0,65674	345.705.015.555	0,69384	0,70672	0,27802	0,65840	0,25352
30 POMERODE	5.828.797.479	0,65807	29.202.027.747	0,70079	0,67943	0,63521	347.749.094.228	0,69794	0,69936	2,93417	0,65215	2,66766
31 TIJUCAS	4.158.252.736	0,46946	22.051.655.343	0,52919	0,49933	0,48212	385.390.454.616	0,77349	0,65134	30,44380	0,61133	26,80093
32 CAPINZAL	5.296.236.837	0,59794	23.456.093.958	0,56290	0,58042	0,55105	342.252.577.062	0,62491	0,62491	7,66425	0,58886	6,86189
33 COCAL DO SUL	3.388.505.862	0,38256	29.650.600.470	0,71155	0,54706	0,52269	259.145.276.235	0,52011	0,61583	12,57192	0,58115	11,18437
34 CAMPOS NOVOS	4.838.277.543	0,54627	24.004.598.977	0,57606	0,56117	0,53468	309.937.210.695	0,62205	0,59906	6,75218	0,56689	6,02357
35 SIDEROPOLIS	3.740.207.164	0,42227	29.781.910.844	0,71470	0,56849	0,54090	205.797.297.645	0,41304	0,56387	-8,11177	0,53698	-0,72516
36 ARAUANGA	4.656.248.023	0,52569	20.058.911.366	0,48137	0,50353	0,48569	315.851.665.846	0,66352	0,55765	10,74732	0,53169	9,47067
37 UBUSSANGA	5.749.700.000	0,64914	18.576.093.073	0,44579	0,54746	0,52303	330.613.628.061	0,66355	0,55467	1,31606	0,52916	1,17098
38 RIO NEGRINHO	5.018.351.982	0,56657	24.286.020.367	0,48281	0,57469	0,54618	247.410.719.136	0,49656	0,53969	-6,09113	0,51642	-5,44769
39 ICARA	4.734.646.594	0,47809	22.437.868.019	0,53846	0,50828	0,48973	262.307.373.523	0,52645	0,53246	4,75720	0,51028	4,19677
40 ITAPIRANGA	5.383.672.511	0,60781	20.829.184.376	0,49986	0,55383	0,52845	277.979.446.428	0,55791	0,52888	-4,50480	0,50724	-4,01308
41 MARAVILHA	4.573.356.191	0,51633	22.206.554.714	0,53291	0,52462	0,50362	228.988.977.382	0,45959	0,49625	-5,40803	0,47950	-4,78860
42 FORQUILHINHA	5.079.221.907	0,57344	18.952.398.330	0,45482	0,51413	0,49470	257.529.712.049	0,51687	0,48584	-5,50167	0,47066	-4,86011
43 TRES BARRAS	3.799.206.881	0,42893	17.008.669.394	0,40817	0,41855	0,41346	230.677.268.471	0,46298	0,43557	4,06701	0,42793	3,49949
44 ITUPORANGA	3.343.651.537	0,37750	20.120.129.188	0,48284	0,43017	0,42334	190.860.812.342	0,38306	0,43295	0,64654	0,42570	0,55848
45 CORREIA PINTO	2.570.955.231	0,29026	21.013.178.172	0,50427	0,48759	0,47214	176.111.303.194	0,35346	0,42887	-12,14301	0,42223	-10,57158
46 ITAIOPOIS	2.975.271.408	0,33591	20.343.536.690	0,48820	0,38923	0,38854	1.006.441.411	0,34121	0,41471	6,54459	0,41019	5,57278
47 SÃO FRANCISCO DO SUL	3.344.786.634	0,37762	15.717.170.545	0,37718	0,37740	0,37848	188.400.547.323	0,37812	0,37765	0,06686	0,37869	0,05663

ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES À PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO I.C.M.S. PARA O EXERCÍCIO DE 1994
BASE: ANOS 1990 E 1991 - EXERCÍCIO: 1992

MUNICÍPIO		SOMA- 90	PARTICIP. Relativa 90	SOMA- 91	PARTICIP. Relativa 91	ÍNDICE 91/90	VA-FIXO 91	SOMA 92	PARTICIP. Relativa 92	ÍNDICE 92	DIFERENÇA ÍNDICE 91/92	VA-FIXO 92	DIFERENÇA VA-FIXO 91/92
VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS, EXCLUÍDOS OS CENTAVOS													
49	GUARAMIRIM	3.850.761.161	0,43475	17.056.741.786	0,40933	0,42704	0,41642	169.764.843.956	0,34072	0,37502	-11,13971	0,37646	-9.59654
50	TANGARA	2.589.676.883	0,29237	14.573.027.390	0,34972	0,32105	0,33058	176.298.638.022	0,35384	0,35178	9,57273	0,35670	7.90230
51	PALHOÇA	2.423.576.629	0,27362	15.761.580.280	0,37825	0,32593	0,33473	160.791.241.884	0,32271	0,35048	7,53101	0,35560	6.23301
52	FACHINAL DOS GUEDES	3.110.289.986	0,35115	14.502.922.133	0,34804	0,34960	0,34485	168.201.084.200	0,33758	0,34281	-1,94027	0,34908	-1.62487
53	CAMPO AERE	2.936.324.915	0,33151	14.529.984.368	0,34869	0,34010	0,34678	161.775.819.902	0,32469	0,33669	-1,00292	0,34388	-0.83611
54	NAVEGANTES	2.330.307.306	0,26309	14.053.081.894	0,33725	0,30017	0,31283	158.224.412.580	0,31756	0,32740	9,07333	0,33598	7.40023
55	SANTA CECILIA	2.608.681.232	0,29452	14.001.660.498	0,33601	0,31527	0,32567	146.995.592.166	0,29502	0,31552	0,07991	0,32588	0,06565
56	MASSARANDUBA	2.639.563.179	0,29800	13.949.703.212	0,33476	0,31638	0,32662	143.580.059.450	0,28817	0,31147	-1,55369	0,32244	-1.27934
57	PALMITOS	2.648.646.199	0,29903	12.596.770.234	0,30230	0,30066	0,31325	152.839.911.821	0,30675	0,30453	1,28442	0,31654	1,04780
58	TAJO	2.342.028.439	0,26441	11.867.796.340	0,28480	0,27461	0,29111	158.105.763.979	0,31732	0,30106	9,63420	0,31359	7.72508
59	IMBITUBA	2.583.189.661	0,29164	14.360.985.257	0,34463	0,31814	0,32811	127.561.399.309	0,25602	0,30033	-5,59838	0,31297	-4.61390
60	HERVAL DOESTE	2.754.886.025	0,31102	11.104.763.811	0,26649	0,28876	0,30313	148.617.682.390	0,29828	0,28239	-2,20611	0,29772	-1.78614
61	CORONEL FREITAS	1.890.729.628	0,21346	11.747.618.651	0,28192	0,24769	0,26823	137.578.376.888	0,27612	0,27902	12,64957	0,29486	9,92887
62	TURVO	1.914.554.058	0,21615	12.012.329.914	0,28827	0,25221	0,27207	132.504.947.571	0,26594	0,27711	9,87087	0,29323	7,77783
63	SAO LOURENCO DOESTE	2.218.452.620	0,25088	11.212.599.548	0,26908	0,25998	0,27689	136.747.160.551	0,27445	0,27177	4,53401	0,28869	3,59528
64	BRACO DO NORTE	2.222.188.444	0,25046	11.055.477.824	0,26531	0,25789	0,27689	134.479.753.083	0,26990	0,26761	-3,76994	0,28516	-2,98463
65	SAO JOAQUIM	2.129.950.683	0,24047	12.329.054.015	0,29587	0,26817	0,28564	117.675.395.648	0,23618	0,26602	-0,80033	0,28381	-0,63858
66	RIO DAS ANTAS	1.495.203.745	0,16881	10.864.454.109	0,26072	0,21477	0,24024	119.832.377.503	0,24051	0,25062	16,69179	0,27071	12,69362
67	IBIRAMA	2.438.033.541	0,27525	11.097.336.107	0,26631	0,27078	0,28785	126.141.089.544	0,25317	0,24749	-2,47115	0,26866	-6,66741
68	PAPANDUVA	2.353.471.791	0,26571	10.076.415.786	0,24181	0,23576	0,27339	120.773.672.971	0,24240	0,24406	-0,55501	0,26514	-1,94936
69	QUILOMBO	2.171.094.569	0,24512	10.239.151.843	0,24572	0,24542	0,26630	125.094.904.494	0,25107	0,24349	8,19811	0,26466	6,29852
70	SOMBRIO	1.896.993.896	0,21417	9.830.716.418	0,23592	0,22504	0,24898	120.741.284.164	0,24233	0,24251	1,46030	0,26382	1,13734
71	SAO JOSE DO CEDRO	2.084.611.970	0,23535	10.112.851.024	0,24269	0,23902	0,26086	117.686.008.453	0,23620	0,23796	0,03337	0,25996	0,02594
72	ORLEANS	2.090.710.892	0,23604	9.989.380.228	0,23972	0,23788	0,25989	125.535.130.001	0,25195	0,23670	27,89836	0,25888	20,41259
73	ILHOTA	1.317.041.022	0,14869	9.227.753.002	0,22145	0,18507	0,21500	133.646.554.026	0,26823	0,23617	3,37973	0,25844	2,60543
74	BIGUAÇU	2.239.067.775	0,25279	8.505.314.920	0,20411	0,22845	0,25187	115.887.632.096	0,23259	0,23561	6,89620	0,25796	5,27250
75	IPUMIRIM	1.790.886.686	0,20219	9.943.502.955	0,23862	0,22041	0,24504	130.217.347.988	0,26135	0,23492	23,50910	0,25737	17,32621
76	VARGEM BONITA	1.522.748.440	0,17192	8.687.568.070	0,20848	0,19020	0,21936	105.489.779.956	0,21172	0,22451	-6,90598	0,24852	-5,38942
77	BALNEARIO CAMBORIU	2.170.299.505	0,24503	9.888.187.044	0,23730	0,24116	0,26268	100.774.447.994	0,20226	0,22017	-12,32023	0,24483	-9,69867
78	PORTO UNIAO	2.339.514.443	0,26413	9.920.755.177	0,23808	0,25110	0,27113	100.338.295.733	0,20138	0,21631	-2,35606	0,24155	-1,80362
79	PRESIDENTE GETULIO	1.876.201.696	0,21182	9.635.359.087	0,23123	0,22152	0,24599	101.099.818.370	0,20291	0,21131	-2,23021	0,23730	-1,69739
80	SAO DOMINGOS	1.882.694.228	0,21255	9.154.987.540	0,21970	0,21613	0,24140	100.230.410.999	0,20116	0,20824	3,90042	0,23730	2,91366
81	SAO CARLOS	1.643.354.907	0,18553	8.972.593.245	0,21532	0,20043	0,22805	97.115.357.733	0,19491	0,20434	4,07803	0,23138	3,03052
82	AGUA DOCE	1.584.631.277	0,17890	8.907.597.432	0,21376	0,19633	0,22457	98.515.728.575	0,19772	0,20386	-7,79874	0,23097	-5,96698
83	CORUPA	2.056.745.942	0,23221	8.750.554.075	0,21000	0,22110	0,24563	127.035.698.516	0,25496	0,20178	4,99366	0,29290	3,69026
84	SCHROEDER	2.152.544.622	0,24302	8.330.727.288	0,19992	0,22147	0,24594	92.935.245.717	0,18652	0,20143	-5,39574	0,22890	-4,09134
85	MORRO DA FUMACA	2.088.349.587	0,23577	6.191.953.966	0,14859	0,19218	0,22105	103.127.412.829	0,20698	0,20110	9,21011	0,22863	6,72946
86	TROMBUDO CENTRAL	1.855.679.428	0,20950	9.014.488.772	0,21633	0,21291	0,23867	96.917.935.757	0,20757	0,20374	-8,00374	0,23087	-6,12645
87	PIRALZINHO	1.532.830.609	0,17306	8.135.015.012	0,19522	0,18414	0,21421	95.414.054.102	0,19150	0,19275	1,47096	0,22153	1,08366
88	JACINTO MACHADO	1.616.661.327	0,18252	8.241.174.788	0,19777	0,19015	0,21931	96.324.726.811	0,19333	0,19237	0,82449	0,22120	0,60831
89	LINDOIA DO SUL	1.646.718.686	0,18591	8.084.229.042	0,19400	0,18996	0,21915	93.318.902.960	0,18729	0,18901	-2,44814	0,21835	-1,81311
90	IPUAÇU	1.684.474.465	0,19018	7.976.061.432	0,19141	0,19079	0,21987	95.324.271.330	0,19132	0,18772	14,82004	0,21725	10,47222
91	GUARACIABA	1.742.933.648	0,19678	7.947.479.595	0,19072	0,19375	0,22238	85.567.380.627	0,17174	0,18599	-4,56513	0,21579	-3,38608
92	OURO	1.265.368.428	0,14286	7.672.228.343	0,18412	0,16349	0,19666	92.236.513.410	0,18512	0,18092	1,21880	0,21148	5,84582
93	GUATAMBU	1.678.778.610	0,18953	8.344.588.919	0,20025	0,19489	0,22335	89.163.975.787	0,17896	0,17878	12,19976	0,20965	8,55530
94	NOVA VENEZA	1.396.306.377	0,15764	7.364.287.048	0,17673	0,16718	0,19980	93.505.466.790	0,18767	0,17799	-14,55048	0,20898	-10,12714
95	XAVANTINA	1.240.776.121	0,14008	7.442.359.439	0,17860	0,15934	0,19133						
96	CUNHA PORA	1.261.737.876	0,14245	7.013.733.151	0,16832	0,15538	0,18977						

VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS, EXCLUIDOS OS CENTAVOS

MUNICÍPIO	SOMA 90	PARTICIP. Relativa 90	SOMA 91	PARTICIP. Relativa 91	ÍNDICE 91 / 90	VA+FIXO 91	SOMA 92	PARTICIP. Relativa 92	ÍNDICE 92	DIFERENÇA ÍNDICE 91 / 92	VA+FIXO 92	DIFERENÇA VA+FIXO 91 / 92
97 TREZE TILIAS	1.266.491.589	0,14299	6.955.756.014	0,16692	0,15496	0,18940	87.419.164.445	0,17545	0,17119	10,47468	0,20320	7,28442
98 ITA	1.280.663.908	0,14459	7.082.447.381	0,16996	0,15728	0,19138	85.681.369.720	0,17196	0,17096	8,70269	0,20301	6,07900
99 SAUDADES	1.423.443.229	0,16071	6.981.067.197	0,16753	0,16071	0,19719	80.785.727.937	0,16214	0,16484	0,43535	0,19780	0,30774
100 NELEIRO	996.145.456	0,1246	6.150.833.359	0,14761	0,13003	0,17540	87.393.200.074	0,17540	0,16150	24,20156	0,19497	15,90145
101 ALFREDO WAGNER	1.326.933.085	0,14981	7.104.548.374	0,17049	0,16015	0,19382	75.766.830.153	0,15207	0,16128	0,70431	0,19478	0,49489
102 LAURO MULLER	1.897.244.866	0,21420	5.234.476.673	0,12562	0,16991	0,20211	98.026.167.196	0,19674	0,16118	-5,13777	0,19469	-3,67123
103 POUSO REDONDO	1.399.090.954	0,15796	6.616.503.092	0,15837	0,15837	0,19231	76.476.422.099	0,15349	0,15843	0,03873	0,19236	0,02687
104 NOVA ITABERABA	1.355.880.381	0,15308	6.788.960.237	0,16292	0,15800	0,19199	78.764.661.925	0,15808	0,15235	7,57162	0,19216	0,09102
105 JABORA	1.077.107.936	0,12160	6.736.113.153	0,16165	0,14163	0,17807	71.273.055.466	0,14305	0,15235	7,57162	0,18719	5,11891
106 MONTE CARLO	1.098.668.382	0,12404	5.518.299.893	0,13243	0,12823	0,16669	82.637.306.306	0,16586	0,14914	16,30425	0,18446	10,66133
107 CAMBORIU	731.515.831	0,08259	2.665.856.210	0,06398	0,07328	0,11998	113.355.370.971	0,22751	0,14574	98,87561	0,18157	51,33348
108 CAMPO ALEGRE	1.156.382.219	0,13055	4.847.012.974	0,11632	0,12343	0,16261	86.972.993.758	0,17456	0,14544	17,82610	0,18131	11,50183
109 SAO LUDGERO	1.091.952.613	0,12328	5.131.989.610	0,12316	0,12322	0,16243	81.905.302.728	0,16439	0,14377	16,8012	0,17990	10,75558
110 DIONISIO CERQUEIRA	1.243.753.359	0,14042	5.839.226.180	0,14013	0,14027	0,17692	72.698.707.146	0,14591	0,14302	1,95621	0,17926	1,31862
111 PALMA SOLA	1.265.227.074	0,14284	5.994.112.000	0,14385	0,14334	0,17953	66.569.629.111	0,13361	0,13873	-3,22062	0,17561	-2,18589
112 IRINEOPOLIS	1.495.662.947	0,12975	5.566.666.282	0,13359	0,13167	0,16961	70.253.783.445	0,14100	0,13729	4,27249	0,17439	2,81919
113 CATANDUVAS	1.034.800.423	0,11683	6.177.965.114	0,14826	0,13254	0,17035	62.829.879.459	0,12610	0,13718	3,49738	0,17429	2,31274
114 JAGUARUNA	981.105.985	0,11077	4.745.697.441	0,11389	0,11233	0,15317	79.787.384.889	0,16014	0,13701	21,97363	0,17415	13,69759
115 SALETE	1.076.892.001	0,12158	5.902.438.941	0,14165	0,13161	0,16956	65.556.510.929	0,13157	0,13661	3,79657	0,17381	2,50498
116 RODEIO	1.388.108.193	0,15672	5.742.276.891	0,13780	0,14726	0,18286	67.324.862.900	0,13512	0,13646	-7,33298	0,17368	-5,01945
117 SAO JOAO BATISTA	1.321.399.151	0,14919	3.677.044.878	0,08824	0,11872	0,15860	91.014.265.687	0,18267	0,13545	14,10004	0,17283	8,97143
118 RIO DOESTE	1.152.904.169	0,09891	5.554.403.169	0,13329	0,11610	0,15638	65.881.286.392	0,13223	0,13276	14,34746	0,17054	9,05430
119 ANTONIO CARLOS	1.063.004.676	0,12001	5.420.337.240	0,13008	0,12504	0,16398	62.367.244.337	0,12517	0,12762	2,06433	0,16617	1,33803
120 MONDAI	979.163.588	0,11055	5.261.940.604	0,12628	0,11841	0,15834	63.084.823.823	0,12661	0,12644	6,78255	0,16517	4,31135
121 CAXAMBU DO SUL	1.100.219.116	0,12421	5.298.540.231	0,12715	0,12568	0,16452	62.441.411.585	0,12532	0,12624	0,44218	0,16499	0,28696
122 DESCANSO	922.818.370	0,10419	4.206.716.807	0,10995	0,10257	0,14488	74.346.559.925	0,14922	0,12508	21,94836	0,16401	13,20811
123 BENEDITO NOVO	1.067.765.352	0,12055	5.162.203.378	0,12388	0,12222	0,16157	61.565.315.041	0,12356	0,12372	1,23271	0,16285	0,79238
124 CORDILHEIRA ALTA	1.030.498.943	0,11634	5.149.736.682	0,12338	0,11996	0,15966	61.039.048.970	0,12251	0,12304	2,57040	0,16228	1,64161
125 ASCURRA	1.188.903.078	0,13423	5.652.328.444	0,13564	0,13494	0,17239	54.503.729.034	0,10939	0,12232	-9,20415	0,16183	-6,12419
126 PONTE SERRADA	523.037.827	0,03905	2.865.466.631	0,06877	0,06391	0,11201	87.613.224.559	0,17584	0,12230	91,37557	0,16165	44,31447
127 ARVOREDO	1.078.649.492	0,12178	5.276.661.923	0,12663	0,12420	0,16326	58.105.042.617	0,11662	0,12162	-2,07791	0,16107	-1,34377
128 MONTE CASTELO	962.050.389	0,10861	5.022.222.222	0,12052	0,11457	0,15507	60.748.985.891	0,12192	0,12122	5,81093	0,16073	3,64881
129 ARABUTÁ	1.211.599.428	0,13679	5.550.993.681	0,13321	0,13300	0,17244	53.764.435.087	0,10791	0,12056	-10,69756	0,16016	-7,11868
130 APIUNA	1.077.479.937	0,12165	5.012.248.325	0,12028	0,12097	0,16051	59.666.090.704	0,11975	0,12002	-0,78478	0,15970	-0,50285
131 CABI	904.914.784	0,10216	5.096.770.145	0,12231	0,11224	0,15309	57.876.087.303	0,11616	0,11924	6,23631	0,15904	3,88597
132 PETROLANDIA	847.487.374	0,09568	5.060.290.654	0,12144	0,10856	0,14997	58.299.254.248	0,11701	0,11922	9,82333	0,15903	6,04405
133 IPORA DO OESTE	1.122.610.971	0,12674	4.955.698.467	0,11893	0,12283	0,16210	59.146.443.236	0,11871	0,11882	-3,26931	0,15868	-2,10561
134 RIO DOS CEDROS	1.098.013.414	0,12396	5.162.686.787	0,12389	0,12393	0,16303	54.844.554.774	0,11007	0,11698	-5,60233	0,15713	-3,61993
135 LEBON REGIS	918.702.087	0,10372	4.965.915.273	0,11917	0,11145	0,15242	55.674.281.264	0,11174	0,11546	3,59802	0,15584	2,24477
136 VIDAL RAMOS	951.303.824	0,10740	5.072.403.399	0,12173	0,11456	0,15507	51.661.897.964	0,10369	0,11271	-1,62061	0,15349	-1,01766
137 AURORA	1.068.749.718	0,12066	5.131.534.495	0,12315	0,12190	0,16131	50.173.151.653	0,10070	0,11192	-8,18733	0,15282	-5,25942
138 AGROLANDIA	965.946.140	0,10905	4.569.853.101	0,10967	0,10936	0,15065	55.027.359.848	0,11044	0,11005	0,63612	0,15124	0,39235
139 CAMPO BELO DO SUL	754.812.676	0,08522	4.615.701.026	0,11077	0,09799	0,14099	53.381.810.776	0,10714	0,10895	11,18370	0,15030	6,60711
140 MAJOR VIEIRA	1.217.727.899	0,13748	3.585.317.386	0,08604	0,11176	0,15269	63.868.683.881	0,12819	0,10711	-4,15799	0,14874	-2,86900
141 SALTO VELOSO	1.049.678.960	0,11851	4.501.096.842	0,10802	0,11326	0,15396	52.441.110.423	0,10525	0,10663	-5,85333	0,14833	-3,66010
142 GALVAO	818.304.742	0,09239	4.333.390.338	0,10399	0,09819	0,14115	1.640.694.183	0,10766	0,10583	7,77474	0,14764	4,59681
143 IRANI	655.324.753	0,07399	3.048.456.486	0,07316	0,07357	0,12023	61.897.414.970	0,13828	0,10572	43,69032	0,14755	22,72626
144 GARUVA												

ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES À PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO I.C.M.S. PARA O EXERCÍCIO DE 1994
BASE: ANOS 1990 E 1991 - EXERCÍCIO: 1992

VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS, EXCLUÍDOS OS CENTAVOS

MUNICÍPIO	SOMA 90	PARTICIP. Relativa 90	SOMA 91	PARTICIP. Relativa 91	ÍNDICE 91	VA+FIXO 91	SOMA 92	PARTICIP. Relativa 92	ÍNDICE 92	DIFERENÇA ÍNDICE 91/92	VA+FIXO 92	DIFERENÇA VA+FIXO 91/92
145 ANCHIETA	888.508.246	0,10031	4.465.976.975	0,10717	0,10374	0,14587	50.335.168.446	0,10102	0,10410	0,10410	0,14617	0,20788
146 TUNAPOLIS	857.913.783	0,09886	4.283.827.643	0,10280	0,09983	0,14255	50.802.956.234	0,10196	0,10238	2,55571	0,14472	1,52124
147 SÃO JOÃO	875.520.855	0,09885	4.490.876.966	0,10777	0,10331	0,14550	46.506.673.140	0,09334	0,10056	-2,66668	0,14316	-1,60921
148 TRACEMINHA	880.856.338	0,09945	4.246.491.087	0,10191	0,10068	0,14327	49.174.351.469	0,09869	0,10030	-0,37537	0,14295	-0,22440
149 IPÍRA	603.000.604	0,06808	4.184.571.431	0,10042	0,08425	0,12930	49.871.530.426	0,10009	0,10026	18,99894	0,14291	10,52231
150 IBICARE	850.277.131	0,09600	4.230.244.014	0,10152	0,09876	0,14164	48.167.503.908	0,09667	0,09910	0,34093	0,14192	0,20191
151 SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	818.793.680	0,09244	3.944.670.765	0,09466	0,09355	0,13721	50.442.753.553	0,10124	0,09795	4,70320	0,14095	2,72587
152 SANTA TEREZINHA	706.304.497	0,07974	3.985.439.280	0,09564	0,08769	0,13223	49.003.212.833	0,09835	0,09700	10,61149	0,14014	5,98216
153 SÃO JOÃO DO SUL	741.894.850	0,08376	3.816.931.628	0,09160	0,08768	0,13222	50.934.351.942	0,10223	0,09691	10,33073	0,14007	5,93618
154 PONTE ALTA	803.221.339	0,09068	3.990.221.899	0,09576	0,09322	0,13693	48.230.446.438	0,09680	0,09628	3,28246	0,13953	1,89931
155 LAGUNA	1.069.172.585	0,12071	3.692.615.198	0,08862	0,10466	0,14665	50.098.252.913	0,10055	0,09458	-9,63169	0,13808	-5,84268
156 AGUAS DE CHAPECO	709.082.071	0,08005	3.950.895.595	0,09481	0,08743	0,13201	46.874.528.011	0,09408	0,09445	8,02247	0,13797	4,51641
157 PASSOS MAIA	817.394.442	0,09228	3.920.106.359	0,09407	0,09318	0,13689	47.136.106.509	0,09460	0,09434	1,24674	0,13788	0,72107
158 PARAISO	543.222.965	0,06133	3.874.830.646	0,09299	0,07716	0,12328	47.368.127.193	0,09507	0,09403	21,86332	0,13761	11,63189
159 ERVAL VELHO	710.613.828	0,08023	3.916.681.432	0,09399	0,08711	0,13173	46.841.239.530	0,09401	0,09400	7,91032	0,13759	4,44656
160 NOVA ERECHIM	796.104.829	0,08988	4.014.454.623	0,09634	0,09311	0,13683	45.093.742.132	0,09050	0,09342	0,33524	0,13710	0,19384
161 PINHEIRO PRETO	690.384.203	0,07794	3.899.511.835	0,09358	0,08576	0,13059	44.605.617.320	0,08952	0,09155	6,75407	0,13551	3,77036
162 RIO DO CAMPO	781.976.536	0,08828	3.954.170.854	0,09489	0,09159	0,13554	43.903.344.092	0,08812	0,09150	-0,09001	0,13547	-0,05164
163 MODELO	910.752.816	0,10282	3.871.115.196	0,09290	0,09786	0,14087	44.810.881.796	0,08994	0,09142	-6,58262	0,13540	-3,88654
164 GRAO PARA	565.136.467	0,06380	3.450.455.058	0,08280	0,07330	0,12000	49.701.287.857	0,09975	0,09128	24,52306	0,13528	12,73291
165 VARGEM	614.027.233	0,06932	3.685.145.875	0,08844	0,07888	0,12474	45.626.972.365	0,09157	0,09001	14,10691	0,13419	7,58275
166 TIMBO GRANDE	990.830.362	0,11186	3.535.749.588	0,08485	0,09836	0,14129	46.267.619.152	0,09286	0,08886	-9,65871	0,13322	-5,71500
167 GUARUJA DO SUL	586.165.088	0,06618	3.709.849.022	0,08903	0,07760	0,12365	42.960.712.301	0,08622	0,08763	12,91373	0,13217	6,88864
168 MIRIM DOCE	710.329.590	0,08020	3.862.928.881	0,09270	0,08645	0,13117	40.499.713.135	0,08628	0,08699	0,62691	0,13160	0,35157
169 CORONEL MARTINS	802.094.995	0,09056	3.611.618.693	0,08667	0,08862	0,13301	43.462.414.736	0,08723	0,08695	-1,87881	0,13160	-1,06368
170 TREZE DE MAIO	842.298.568	0,09509	3.591.475.688	0,08619	0,09064	0,13473	42.017.029.254	0,08433	0,08526	-5,93606	0,13016	-3,39425
171 URUBICI	758.894.456	0,08568	3.657.013.138	0,08776	0,08672	0,13140	40.800.914.697	0,08189	0,08482	-2,18607	0,12979	-1,22606
172 MAREMA	754.217.711	0,08515	3.536.678.885	0,08487	0,08501	0,12995	41.737.961.241	0,08377	0,08432	-0,81216	0,12936	-0,45178
173 PEDRAS GRANDES	590.536.688	0,06667	2.789.441.520	0,06694	0,06681	0,11448	50.074.886.948	0,08372	0,08312	25,32097	0,12885	12,55997
174 ARAQUARI	801.328.807	0,09047	3.434.476.654	0,08242	0,08645	0,13117	41.210.642.230	0,08271	0,08257	-4,48793	0,12787	-2,51377
175 SANTA ROSA DO SUL	576.193.086	0,06505	2.997.124.931	0,07192	0,06849	0,11590	46.398.009.375	0,08312	0,08252	20,49426	0,12783	10,29377
176 SÃO JOSE DO CERRITO	851.280.077	0,09611	3.486.918.215	0,08368	0,08989	0,13410	40.078.391.677	0,08044	0,08206	-8,71670	0,12744	-4,96659
177 MARACAJÁ	602.813.128	0,06806	3.245.153.708	0,07788	0,07297	0,11971	40.915.521.468	0,08212	0,08000	9,63325	0,12569	4,99117
178 TIMBÉ DO SUL	562.846.328	0,06354	3.375.533.775	0,08101	0,07227	0,11912	38.665.357.508	0,07760	0,07930	9,72864	0,12510	5,01711
179 PRAIA GRANDE	568.070.663	0,06413	3.371.304.823	0,08090	0,07252	0,11933	38.510.346.276	0,07729	0,07910	9,07456	0,12492	4,68711
180 ROMEILANDIA	713.614.905	0,08057	3.332.961.233	0,07998	0,08028	0,12593	38.064.977.302	0,07640	0,07819	-2,59889	0,12415	-1,40863
181 PONTE ALTA DO NORTE	514.281.450	0,05806	2.497.014.923	0,05992	0,05899	0,10783	44.624.123.373	0,08956	0,07474	26,70019	0,12122	12,41559
182 LEONARDO LEAL	557.272.120	0,06292	3.249.764.847	0,07799	0,07045	0,11758	35.456.023.047	0,07116	0,07457	5,84860	0,12108	2,97870
183 NOVO HORIZONTE	603.089.726	0,06809	2.978.608.553	0,07148	0,06979	0,11701	38.142.122.068	0,07655	0,07402	6,06303	0,12060	3,07408
184 PENHA	769.634.068	0,06889	2.888.817.922	0,06933	0,07811	0,12408	38.745.803.134	0,07776	0,07354	-5,84205	0,12020	-3,12614
185 CANELINHA	614.004.717	0,06932	3.248.681.847	0,07796	0,07364	0,12029	34.200.331.670	0,06864	0,07330	-0,46107	0,12000	-0,24018
186 OURO VERDE	647.091.112	0,07306	3.010.985.989	0,07226	0,07266	0,11945	36.351.859.679	0,07296	0,07261	-0,06944	0,11941	-0,03597
187 PRESIDENTE CASTELO BRAN	538.728.547	0,06082	3.008.110.617	0,07219	0,06650	0,11422	35.552.317.763	0,07135	0,07177	7,92010	0,11870	3,91941
188 LUIZ ALVES	627.468.409	0,07084	2.823.970.949	0,06777	0,06930	0,11660	37.039.354.279	0,07434	0,07105	2,52430	0,11809	1,27537
189 AGRONOMICA	577.957.766	0,06525	3.012.511.476	0,07229	0,06877	0,11615	34.304.386.565	0,06885	0,07057	2,61717	0,11768	1,31742
190 UNIAO DO OESTE	713.229.198	0,08052	2.797.824.394	0,06714	0,07383	0,12045	34.801.283.709	0,06985	0,06849	-7,22796	0,11591	-3,76571
191 BOM RETIRO	629.702.712	0,07109	2.856.743.430	0,06856	0,06982	0,11704	33.707.452.330	0,06765	0,06810	-2,46215	0,11558	-1,24893
192 PERITIBA	508.065.976	0,05736	2.854.634.065	0,06851	0,06293	0,11118	33.047.354.380	0,06633	0,06742	7,12418	0,11499	3,42740

ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO I.C.M.S. PARA O EXERCÍCIO DE 1994
BASE: ANOS 1990 E 1991 - EXERCÍCIO: 1992

VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS, EXCLUIDOS OS CENTAVOS

MUNICÍPIO	SOMA 90	PARTICIP. Relativa 90	SOMA 91	PARTICIP. Relativa 91	ÍNDICE 91	VA+FIXO 91	SOMA 92	PARTICIP. Relativa 92	ÍNDICE 92	DIFERENÇA ÍNDICE 91/92	VA+FIXO 92	DIFERENÇA VA+FIXO 91/92
193 BRACO DO TROMBUDO	541.770.757	0,06117	2.767.667.213	0,06642	0,06379	0,11192	34.015.683.178	0,06827	0,06734	5,56503	0,11493	2,69640
194 LAURENTINO	835.366.255	0,09431	2.885.260.714	0,06924	0,08178	0,12720	31.087.735.003	0,06239	0,06582	-19,51457	0,11363	-10,66398
195 RIQUEZA	570.105.074	0,06436	2.717.435.732	0,06521	0,06479	0,11276	32.152.017.064	0,06453	0,06487	0,13113	0,11283	0,06445
196 IMBUJA	446.349.968	0,05039	2.967.022.961	0,07120	0,06080	0,10937	28.267.467.716	0,05673	0,06397	5,21704	0,11206	2,46489
197 PORTO BELO	437.414.631	0,04938	2.703.998.116	0,06489	0,05714	0,10626	31.073.778.801	0,06237	0,06363	11,36415	0,11177	5,19402
198 IMARUI	1.550.635.879	0,17507	2.589.871.791	0,06215	0,11861	0,15851	31.612.793.942	0,06345	0,06280	-47,05403	0,11107	-29,92847
199 GUABIRUBA	809.147.474	0,09135	1.578.842.394	0,03789	0,06462	0,11262	43.665.189.337	0,08764	0,06259	-2,87287	0,11104	-1,40157
200 ATALANTA	492.645.787	0,05562	2.737.161.501	0,06569	0,06065	0,10925	29.645.898.312	0,05950	0,06259	3,19857	0,11089	1,50961
201 VICTOR MEIRELES	440.797.373	0,04977	2.498.983.095	0,05997	0,05487	0,10433	30.222.931.896	0,06066	0,06031	9,92176	0,10896	4,43513
202 LONTRAS	678.222.406	0,07657	2.543.675.983	0,06104	0,06881	0,11618	29.137.434.267	0,05848	0,05976	-13,14588	0,10849	-6,61834
203 SERRA ALTA	402.770.593	0,04547	2.455.874.780	0,05894	0,05220	0,10206	29.345.265.858	0,05890	0,05892	12,86008	0,10777	5,59053
204 SANTO AMARO DA IMPERAT	489.981.142	0,05532	2.434.765.952	0,05843	0,05687	0,10603	29.378.858.029	0,05896	0,05870	3,20363	0,10758	1,46108
205 VARGEM	495.026.257	0,05589	2.389.682.986	0,05735	0,05662	0,10582	27.298.079.602	0,05479	0,05607	-0,97323	0,10535	-0,44271
206 PICARRAS	678.629.420	0,07662	2.403.510.600	0,05768	0,06715	0,11477	26.273.217.793	0,05273	0,05521	-17,78787	0,10461	-8,84629
207 RIO FORTUNA	403.609.140	0,04557	2.230.807.722	0,05353	0,04955	0,09981	28.176.105.274	0,05655	0,05504	11,07934	0,10448	4,67498
208 ARROIO TRINTA	413.485.080	0,04658	2.231.150.372	0,05354	0,05011	0,10029	27.482.221.089	0,05516	0,05435	8,45865	0,10389	3,59248
209 ARMAGEM	461.859.162	0,05214	2.322.057.303	0,05572	0,05393	0,10353	25.877.041.164	0,05194	0,05383	-0,18924	0,10345	-0,08336
210 MORRO GRANDE	284.089.619	0,03207	1.780.914.692	0,04274	0,03740	0,08948	30.741.219.844	0,06170	0,05222	39,60578	0,10208	14,07133
211 ANITA GARIBALDI	686.384.262	0,07749	2.256.840.889	0,05416	0,06382	0,11364	24.911.179.020	0,05000	0,05208	-20,88320	0,10196	-10,28178
212 BARRA VELHA	469.992.784	0,05306	2.230.536.466	0,05333	0,05329	0,10299	24.130.144.371	0,04843	0,05098	-4,34400	0,10102	-1,91068
213 NOVA TRENTO	451.195.459	0,05094	2.073.209.476	0,04975	0,05035	0,10048	25.989.528.860	0,05216	0,05096	1,21323	0,10100	0,51711
214 SUL BRASIL	491.085.329	0,05544	2.111.745.766	0,05068	0,05306	0,10279	24.972.860.021	0,05012	0,05040	-5,01222	0,10053	-2,19919
215 PRATUBA	438.677.297	0,04953	2.106.263.131	0,05055	0,05004	0,10022	25.013.955.567	0,05020	0,05037	0,67313	0,10051	0,28595
216 JOSE BOITEUX	386.844.112	0,04367	2.144.388.470	0,05146	0,04757	0,09812	23.531.865.337	0,04723	0,04934	3,74121	0,09963	1,54119
217 BOTULVERA	383.976.284	0,04335	1.976.886.348	0,04744	0,04540	0,09628	24.794.320.993	0,04976	0,04860	7,06327	0,09900	2,83114
218 LACERDOPOLIS	386.106.305	0,04359	2.015.512.823	0,04837	0,04598	0,09683	23.901.539.368	0,04797	0,04817	4,76411	0,09863	1,92425
219 MATOS COSTA	382.594.237	0,04319	2.037.814.266	0,04890	0,04605	0,09683	21.668.631.294	0,04349	0,04620	0,32520	0,09696	0,13111
220 BOM JARDIM DA SERRA	475.727.963	0,05371	2.009.523.974	0,04822	0,05097	0,10101	21.133.928.113	0,04242	0,04532	-11,07935	0,09621	-4,75159
221 SANGAO	315.635.352	0,03564	1.499.516.408	0,03599	0,03581	0,08813	27.124.174.596	0,05444	0,04521	26,24617	0,09612	9,06524
222 SAO MIGUEL DA BOA VISTA	412.346.739	0,04655	1.939.804.718	0,04655	0,04655	0,09726	21.698.206.763	0,04355	0,04505	-3,22353	0,09598	-1,31139
223 CAPIVARI DE BAIXO	239.204.813	0,02701	1.005.705.824	0,02413	0,02557	0,07943	32.285.060.365	0,06480	0,04447	73,88216	0,09549	20,21858
224 DONA EMMA	359.444.162	0,04058	1.819.399.099	0,04366	0,04212	0,09349	21.874.777.390	0,04390	0,04378	3,94487	0,09491	1,51043
225 WITMARSUM	336.305.600	0,03797	1.814.430.602	0,04354	0,04076	0,09233	21.879.822.478	0,04391	0,04373	7,29133	0,09487	2,74766
226 GRAVATAL	341.196.164	0,03852	1.827.750.407	0,04386	0,04119	0,09270	20.627.250.241	0,04142	0,04238	8,69501	0,09393	1,32058
227 SAO JOAO DO ITAPERIU	306.829.864	0,03464	1.805.657.549	0,04333	0,03899	0,09083	20.637.348.657	0,04140	0,04238	8,69501	0,09371	3,17247
228 AGUAS FRIAS	318.966.288	0,03601	1.730.565.818	0,04153	0,03877	0,09065	20.240.092.206	0,04062	0,04108	5,94838	0,09260	2,16202
229 ITAPEMA	356.935.412	0,04030	1.441.576.113	0,03459	0,03745	0,08952	23.306.831.533	0,04678	0,04069	8,64866	0,09227	3,07552
230 PLANALTO ALEGRE	314.434.984	0,03550	1.699.703.624	0,04079	0,03814	0,09011	20.215.221.107	0,04057	0,04068	6,64897	0,09227	2,39231
231 FORMOSA DO SUL	351.470.994	0,03968	1.707.461.393	0,04098	0,04033	0,09197	20.000.682.886	0,04014	0,04056	0,57265	0,09216	0,21301
232 SANTA HELENA	328.748.620	0,03712	1.664.864.323	0,03995	0,03854	0,09045	20.083.143.043	0,04031	0,04013	4,13551	0,09180	1,49790
233 BELMONTE	325.766.596	0,03678	1.652.862.492	0,03967	0,03822	0,09018	19.930.574.742	0,04000	0,03983	4,21369	0,09155	1,51836
234 IRATI	336.415.807	0,03798	1.631.798.977	0,03916	0,03857	0,09047	19.179.678.889	0,03849	0,03883	0,66645	0,09069	0,24196
235 AGUAS MORNAS	320.785.250	0,03622	1.611.939.440	0,03868	0,03745	0,08952	17.521.035.452	0,03517	0,03692	-1,40827	0,08908	-0,50091
236 MAJOR GERCINO	292.412.614	0,03301	1.570.674.137	0,03769	0,03535	0,08774	17.513.335.171	0,03515	0,03642	3,02633	0,08865	1,03617
237 DOUTOR PEDRINHO	385.712.919	0,04355	1.850.808.935	0,04442	0,04398	0,09508	13.305.005.675	0,02670	0,03556	-19,15126	0,08792	-7,53026
238 MACIEIRA	210.323.693	0,02375	1.622.620.211	0,03894	0,03134	0,08433	14.864.015.785	0,02983	0,03439	9,70250	0,08692	3,06535
239 SAO MARTINHO	272.037.577	0,03071	1.417.354.646	0,03401	0,03236	0,08520	16.325.282.928	0,03277	0,03339	3,17543	0,08607	1,02468
240 LAGEADO GRANDE	256.850.009	0,02900	1.353.386.768	0,03248	0,03074	0,08382	16.805.811.069	0,03373	0,03310	7,69324	0,08583	2,39862

ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES À PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO I.C.M.S. PARA O EXERCÍCIO DE 1994
BASE: ANOS 1990 E 1991 - EXERCÍCIO: 1992

VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS, EXCLUÍDOS OS CENTAVOS

MUNICÍPIO	SOMA 90	PARTICIP. Relativa 90	SOMA 91	PARTICIP. Relativa 91	ÍNDICE 91	VA-FIXO 91	SOMA 92	PARTICIP. Relativa 92	ÍNDICE 92	DIFERENÇA ÍNDICE 91 / 92	VA-FIXO 92	DIFERENÇA VA-FIXO 91 / 92
241 PRESIDENTE NEREU	266.938.724	0,03014	1.391.948.197	0,03340	0,03177	0,08470	16.040.952.505	0,03219	0,03280	3,23335	0,08557	1,03114
242 ANGELINA	484.492.581	0,05470	1.336.671.039	0,03208	0,04339	0,09457	14.944.014.773	0,02999	0,03104	-28,47170	0,08407	-11,10299
243 ABDON BATISTA	263.277.980	0,02972	1.222.738.559	0,02934	0,02953	0,08279	14.000.462.024	0,02810	0,02872	-2,74404	0,08210	-0,83214
244 JARDINOPOLIS	322.495.958	0,03641	1.114.958.317	0,02676	0,03158	0,08454	13.553.048.149	0,02720	0,02698	-14,57839	0,08062	-4,62980
245 CALMON	202.569.619	0,02287	1.135.056.956	0,02724	0,02505	0,07899	12.817.450.838	0,02572	0,02548	5,69747	0,08020	1,53659
246 URUPEMA	199.069.148	0,02247	1.181.955.617	0,02836	0,02542	0,07930	11.073.812.948	0,02223	0,02529	-0,48113	0,07919	-0,13151
247 CERRO NEGRO	203.846.751	0,02301	1.024.491.299	0,02459	0,02380	0,07792	12.503.584.846	0,02510	0,02484	4,38067	0,07880	1,13747
248 BARRA DO SUL	224.132.321	0,02530	959.239.522	0,02302	0,02416	0,07823	10.581.928.968	0,02124	0,02213	-8,40609	0,07650	-2,20689
249 CELSO RAMOS	193.401.743	0,02183	938.496.633	0,02252	0,02218	0,07654	9.865.697.049	0,01980	0,02116	-4,57544	0,07568	-1,12733
250 RANCHO QUEIMADO	352.133.782	0,03976	869.745.262	0,02087	0,03032	0,08346	9.843.002.375	0,01976	0,02031	-32,99382	0,07496	-10,18754
251 SAO BONIFACIO	273.723.996	0,03090	901.275.915	0,02163	0,02626	0,08002	8.528.750.629	0,01712	0,01937	-26,23816	0,07416	-7,32097
252 ANITAPOLIS	361.264.436	0,04079	811.842.101	0,01948	0,03014	0,08331	9.573.413.394	0,01922	0,01935	-35,79060	0,07414	-11,00549
253 RIO RUFINO	152.496.323	0,01722	766.749.495	0,01840	0,01781	0,07283	9.638.294.192	0,01934	0,01887	5,96371	0,07373	1,23920
254 SANTA ROSA DE LIMA	131.290.705	0,01482	800.519.276	0,01921	0,01702	0,07215	7.570.340.024	0,01519	0,01720	1,09860	0,07231	0,22035
255 PAULO LOPES	171.387.625	0,01935	621.792.497	0,01492	0,01714	0,07226	9.223.966.431	0,01851	0,01672	-2,44302	0,07190	-0,49180
256 GAROPABA	367.995.689	0,04155	704.235.912	0,01690	0,02923	0,08253	8.179.654.123	0,01642	0,01666	-42,99938	0,07185	-12,94215
257 ITAPOA	214.970.884	0,02427	604.255.629	0,01450	0,01939	0,07417	7.571.270.313	0,01520	0,01485	-23,40485	0,07031	-5,20027
258 PASSO DE TORRES	79.174.071	0,00894	461.191.605	0,01107	0,01000	0,06619	5.948.433.001	0,01194	0,01150	14,98754	0,06747	1,92570
259 BOMBINHAS	112.334.481	0,01268	487.472.831	0,01170	0,01219	0,06805	5.000.603.539	0,01004	0,01087	-10,84431	0,06693	-1,65135
260 GOVERNADOR CELSO RAMOS	286.068.336	0,03230	295.706.400	0,00710	0,01970	0,07443	2.493.704.320	0,00500	0,00605	-69,28326	0,06283	-15,58443
	885.745.191.895	100,00000	4.167.024.527.115	100,00000	100,00000	100,00000	49.824.984.542.386	100,00000	100,00000		100,00000	

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E FAZENDA
DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE CADASTRO TRIBUTÁRIO
DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS - DIEF
DIEF ANUAL - NORMAL

A	RESPOSTA	SIM = 1	NÃO = 9
ESCRITA CONTÁBIL ?	002		7
LIVROS FISCAIS P/ PROC. DE DADOS ?	003		5
DOCUMENTOS FISCAIS P/ PROC. DE DADOS ?	004		3
POSSUI MICROCOMPUTADOR COMPATÍVEL COM: IBM PC XT OU AT ?	005		1

ASSINALE COM
X SE FOR
SUBSTITUTIVA

EXERCÍCIO
1 9
ANO BASE
1 9

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
(CARIMBO PADRONIZADO ESTADUAL)

B	Nº EMPREGADOS
006	0

C	RECEITA BRUTA VENDAS SERVIÇOS
007	8

D	C A E

E	IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	
DÉBITOS DO EXERCÍCIO	009	4
OUTROS DÉBITOS	010	8
ESTORNOS DE CRÉDITOS	011	6
TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS	012	4
SALDO CREDOR P/ EXERCÍCIO SEGUINTE	013	2
TOTAL (09+10+11+12+13) (CAMPO 14 = CAMPO 22)	014	0
CRÉDITOS DO EXERCÍCIO	015	9
OUTROS CRÉDITOS	016	7
ESTORNOS DE DÉBITOS	017	5
DEDUÇÕES	018	3
CRÉDITOS POR TRANSFERÊNCIA	019	1
IMPOSTO LANÇADO NO EXERCÍCIO	020	5
SALDO CREDOR DO EXERCÍCIO ANTERIOR	021	3
TOTAL (15+16+17+18+19+20+21) (CAMPO 22 = CAMPO 14)	022	1

F	ATIVO	
CIRCULANTE	023	0
DISPONIBILIDADES	024	8
CONTAS A RECEBER	025	6
ESTOQUE DE MERCADORIA E MATÉRIA PRIMA	026	4
OUTROS ESTOQUES	027	2
OUTRAS CONTAS DO ATIVO CIRCULANTE	028	0
REALIZÁVEL A LONGO	029	9
CONTAS A RECEBER	030	2
OUTRAS CONTAS DO REALIZÁVEL	031	0
PERMANENTE	032	9
INVESTIMENTOS	033	7
IMOBILIZADO (LÍQUIDO)	034	5
DIFERIDO	035	3
TOTAL GERAL DO ATIVO	036	1

G	PASSIVO	
CIRCULANTE	037	0
FORNECEDORES	038	8
EMPRÉST. E FINANCIAMENTOS	039	6
OUTRAS CONTAS DO PASSIVO CIRCULANTE	040	0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	041	8
RESULT. EXERC. FUTUROS	042	6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	043	4
CAPITAL SOCIAL	044	2
OUTRAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	045	0
TOTAL GERAL DO PASSIVO	046	9

I	DETALHAMENTO DAS DESPESAS	
DEVERÁ SER PREENCHIDO INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE ESCRITA CONTÁBIL		
PRÓ-LABORE	061	2
COMISSÕES, SALÁRIOS, ORDENADOS	062	0
COMBUSTÍVEIS LUBRIFICANTES	063	9
ENCARGOS SOCIAIS	064	7
TRIBUTOS FEDERAIS	065	5
TRIBUTOS ESTADUAIS	066	3
TRIBUTOS MUNICIPAIS	067	1
ÁGUA E TELEFONE	068	0
ENERGIA ELÉTRICA	069	8
ALUGUÉIS	070	1
SERVIÇOS PROFISSIONAIS	071	0
SEGUROS	072	8
FRETES E CARRETOS	073	6
DESPESAS FINANCEIRAS	074	4
OUTRAS DESPESAS	075	2
TOTAL	076	0

J	RESUMO DO LIVRO REGISTRO DE INVENTÁRIO	
ESTOQUE EM 1º DE JANEIRO	077	9
ESTOQUE EM 31 DE DEZEMBRO	078	7

K	Há folhas anexas ?	QUANTIDADE DE FOLHAS
SIM	NÃO	

L	PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR
	REVISOR
	NOME
	MATRÍCULA
	RUBRICA
	CARIMBO DATADOR

DESPREZAR CENTAVOS NO PREENCHIMENTO

NATUREZA		VALOR CONTÁBIL		ICMS VALORES FISCAIS					
				OPERAÇÕES OU PRESTAÇÕES C/ CRED. IMPOSTO		OPERAÇÕES OU PRESTAÇÕES S/ CRED. IMPOSTO			
				BASE DE CÁLCULO		ISENTAS OU NÃO TRIBUTADAS		OUTRAS	
1.00	ENTRADAS DO ESTADO	SUB-TOTAL	081	7	085	0	089	2	093
2.00	ENTRADAS DE OUTROS ESTADOS	SUB-TOTAL	082	5	086	8	090	6	094
3.00	ENTRADAS DO EXTERIOR	SUB-TOTAL	083	3	087	6	091	4	095
		TOTAL	084	1	088	4	092	2	096

SAÍDAS NO ANO BASE

NATUREZA		VALOR CONTÁBIL		ICMS VALORES FISCAIS							
				OPERAÇÕES OU PRESTAÇÕES C/ CRED. IMPOSTO				OPERAÇÕES OU PRESTAÇÕES S/ CRED. IMPOSTO			
				BASE DE CÁLCULO				ISSENTAS OU NÃO TRIBUTADAS			
								OUTRAS			
6.00	ENTRADAS DO ESTADO	SUB-TOTAL	097	3	101	5	105	8	109		
6.00	ENTRADAS DE OUTROS ESTADOS	SUB-TOTAL	098	1	102	3	106	6	110		
7.00	ENTRADAS DO EXTERIOR	SUB-TOTAL	099	0	103	1	107	4	111		
	TOTAL	100		7	104	0	108	2	112		

IMPORTÂNCIAS QUE DEVEM SER EXCLUIDAS DAS ENTRADAS E/OU SAÍDAS P/ APURAÇÃO DO VALOR

N				ENTRADAS		SAÍDAS	
				113	114	115	116
1.	DESTINADAS A CONSTITUIÇÃO DO ATIVO FIXO NO CASO DE VENDA OU TRANSFERÊNCIAS, LANÇAR NA SAÍDA O VALOR DE AQUISIÇÃO DO BEM			113	114	115	116
2.	DESTINADAS A USO OU CONSUMO NO CASO DE VENDA OU TRANSFERÊNCIAS, LANÇAR NAS SAÍDAS O VALOR DE AQUISIÇÃO DAS MERCADORIAS			114	115	116	117
3.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITAS A ISS, SE HOUVER SIDO LANÇADA NO QUADRO "M"			115	116	117	118
4.	26% DAS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS A PREÇO DE VENDA A VAREJO			116	117	118	119
5.	REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS SAÍDAS EM SUBSTITUIÇÃO AOS CRÉDITOS EFETIVOS			117	118	119	120
6.	IPÍ RELATIVO A AQUISIÇÃO E/OU SAÍDAS DE MATÉRIAS-PRIMAS E MERCADORIAS SE HOUVER SIDO LANÇADO NO QUADRO "M"			118	119	120	121
7.	DE CONSERTO, REPARO OU INDUSTRIALIZAÇÃO, SALVO QUANTO À ÚLTIMA, O VALOR COBRADO DO AUTOR DA ENCOMENDA			119	120	121	122
8.	DE DEMONSTRAÇÃO, CONSIGNAÇÃO E EXPOSIÇÃO			120	121	122	123
9.	COM DESTINO A DEPÓSITO FECHADO E/OU ARMAZÉM GERAL, SITUADOS NESTE ESTADO			121	122	123	124
10.	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E RETORNO AO ESTABELECIMENTO DO CREDOR EM VIRTUDE DE INADIMPLÊNCIA			122	123	124	125
11.	RELATIVAS AS MERCADORIAS DE TERCEIROS QUE TRANSTEM POR ESTABELECIMENTO DE EMPRESA DE TRANSPORTE OU DEP. POR CONTA DESTA			123	124	125	126
12.	PARCELA DO ICMS PAGA NA FONTE (SUBSTIT. TRIBUTÁRIA) SE LANÇADA NO QUADRO "M"			124	125	126	127
13.				125	126	127	128
14.				126	127	128	129
15.				127	128	129	130
16.				128	129	130	131
TOTAL				128	129	130	131

TOTAL

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
SAÍDAS (CAMPO 100)	145	7	
EXCLUSÕES DAS SAÍDAS (CAMPO 134)	146	5	
ENTRADAS (CAMPO 84)	147	3	
EXCLUSÕES DAS ENTRADAS (CAMPO 138)	148	1	
VALOR ADICIONADO (145 - 146 - 147 + 148)	149	0	

RESERVAÇÕES

DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES SÃO VERDADEIRAS

P			
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ESCRITA CONTÁBIL		ASSINATURA	
CRC (NÚMERO E SIGLA DO ESTADO)		TELEFONE	
NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA NESTA DECLARAÇÃO		ASSINATURA	
CPF DO RESPONSÁVEL P/ EMPRESA		TELEFONE	

MESES	K ENTRADAS DE BENS E MERCADORIAS + AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS			L SAÍDAS DE BENS E MERCADORIAS + PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS + OUTRAS RECEITAS		
	TOTAL EM CR\$		TOTAL EM UFR	TOTAL EM CR\$		TOTAL EM UFR
JANEIRO	046		9	059		
FEVEREIRO	047		7	060		
MARÇO	048		5	061		
ABRIL	049		3	062		
MAIO	050		7	063		
JUNHO	051		5	064		
JULHO	052		3	065		
AGOSTO	053		1	066		
SETEMBRO	054		0	067		
OUTUBRO	055		8	068		
NOVEMBRO	056		6	069		
DEZEMBRO	057		4	070		
TOTAL	058		2	071		

NOS VALORES EM UFR PREENCHER COM 2 CASAS APÓS A VÍRGULA

M APURAÇÃO DA RECEITA BRUTA - em UFR -		
DEMONSTRATIVO		ANO BASE
RECEITA BRUTA TOTAL DO ESTABELECIMENTO (TOTAL DE UFRs DO CAMPO 71 DO QUADRO L)		072
RECEITA DE VENDA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO		073
RECEITA BRUTA DO ESTABELECIMENTO (CAMPO 72 - 73)		074
RECEITA BRUTA DE OUTROS ESTABELECIMENTOS DA MESMA EMPRESA (QUADRO L)		075
RECEITA BRUTA TOTAL DA EMPRESA (CAMPOS 74 + 75)		076

N

SENHOR DELEGADO REGIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJ. E FAZENDA

A MICROEMPRESA identificada nesta DIEF, por intermédio de seu representante legal, abaixo qualificado:

A. Declara para todos os fins e efeitos legais:

1 - Que as informações constantes desta DIEF são a expressão da verdade;

2 - Que seu enquadramento como MICROEMPRESA atende as disposições da Lei nº 8378, de 25 de outubro de 1991, com as alterações nela introduzidas pela Lei nº 1123, de 27 de novembro de 1991.

3 - Que sua RECEITA BRUTA se situa dentro dos limites fixados na legislação acima referida que não incorre em nenhum dos impedimentos legais para seu enquadramento como MICROEMPRESA.

B. Requer:

083

3

a manutenção de seu enquadramento como microempresa;

084

1

a exclusão de sua empresa do regime fiscal de microempresa.

O

DECLARAMOS SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES SÃO VERDADEIRAS

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

QUALIFICAÇÃO

R.G.

CPF

DATA

ASSINATURA

CONTADOR

C.R.C.

TELEFONE

ASSINATURA

DESPACHO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS E MONOGRAFIAS

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

1 - PARTE ESCRITA

1.1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/1/2/3/4/5/6/7/8/9/10. (0,5)

b) Metodologia -

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/1/2/3/4/5/6/7/8/9/10. (0,5)

c) Corpo de Trabalho -

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/1/2/3/4/5/6/7/8/9/10. (0,5)

Item 1.1) Média $(a+b+c/3) = \dots \times 5,0 \text{ (peso)} = \dots$

1.2 - ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/1/2/3/4/5/6/7/8/9/10. (0,5)

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas etc, seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/1/2/3/4/5/6/7/8/9/10. (0,5)

Item 1.2) Média $(a+b/2) = \dots \times 2,0 \text{ (peso)} = \dots$

2- PARTE ORAL

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/1/2/3/4/5/6/7/8/9/10. (0,5) $\times 3,0 \text{ (peso)} = \dots$

NOTA FINAL: 1) PARTE ESCRITA - (Item 1.1) =

(Item 1.2) =

2) PARTE ORAL =

Soma (Partes 1+2) =

Soma/10 (Nota Final) = 6,5

Parecer da Banca (Aspectos positivos e Negativos)

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. ERMES TADEU ZAPELINI

Ass. SA/CLC

2. Membro Prof. JOÃO ROGERIO SANSON

Ass. SA/CLC

3. Membro Prof. ROBERTO MEURER

Ass. Roberto Meurer

Nome do Aluno: MARTINHO FERNANDES

Data da defesa: 05/12/95